



VALE DO LIMA 2020

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DA PARCERIA E SELEÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO LIMA

CONCURSO PARA A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS N.º 2/2014 - DLBC RURAIS

Fevereiro 2015

Índice

A. Vertente do DLBC a que a Candidatura diz respeito.....	5
B. Tipologia e limites do território de Atuação.....	6
B.1 Caracterização do Território.....	6
B.2 Justificação para a tipologia e limites apresentados.....	8
C. Caracterização da Parceria e Modelo Organizacional.....	10
C.1 Modelo Organizacional	10
C.2 Experiência na Gestão de Instrumentos de Política de Desenvolvimento Local.....	17
Eixo 3 do PRODER.....	17
EMER – Empreendedorismo em meio Rural	17
PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos.....	18
Medida 1.4 da ON.....	18
Programa LEADER.....	19
Sub-ação 7.1 programa AGRIS - Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	19
INTERREG 3C-Europa das Tradições uma ponte entre as Euro-Regiões, EUROTRAD	19
D. Diagnóstico da Situação do Território de Incidência.....	20
D.1 Diagnóstico.....	20
D.1.1. Território e acessibilidades	20
D.1.2. População e Demografia	23
D.1.3 Educação	25
D.1.4 Qualificação e Emprego	26
D.1.5 Economia Local	29
D.2 Análise SWOT	41
E. Proposta de estratégia e Proposta de Estratégia e Resultados Esperados	44
E.1 Visão	45
E.2 Desafios	47
E.3 Objetivos Estratégicos	48
a. Requalificar, modernizar e integrar a oferta turística em espaço rural	49
b. Acrescentar valor aos produtos agrícolas, agroalimentares e florestais.....	52
c. Reforçar a competitividade da agricultura e da floresta	54
d. Inovar, experimentar e empreender na economia rural.....	56

e. Preservar o património natural e cultural, material e imaterial, para criar valor	58
f. Incluir e Qualificar	60
g. Capacitar para cooperar e competir	61
E.4 Eixos de Intervenção.....	63
E.5 Resultados esperados.....	65
E.6 Coerência entre a EDL com as orientações estratégicas nacionais e regionais.....	70
A EDL Vale do Lima 2020 e a EIDT do Alto Minho	70
A EDL Vale do Lima 2020 e o PDR 2014-2020	73
A Estratégia NUTS II Região Norte.....	75
F. Envolvimento com as Comunidades.....	76
F.1 Dispositivos de participação dos parceiros na elaboração EDL.....	76
F.2 Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL	80
F.3 Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados e sua aderência aos objetivos e metas definidos	81
F.4 Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL.....	81
F.5 Ações de animação e promoção do território	83
F.6 Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL dentro do território e para difundirem os seus resultados.....	83

A. VERTENTE DO DLBC A QUE A CANDIDATURA DIZ RESPEITO

A presente candidatura respeita à vertente DLBC Rural ao abrigo do Concurso N.º 2/2014 e visa a Pré-Qualificação da Parceria denominada Vale do Lima 2020 e a seleção da respetiva Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos a seguir expostos.

B. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

B.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em anexo ao presente documento (*vd.* Anexo I) é apresentada a listagem das freguesias que compõem a proposta de território de atuação, com a informação relativa ao n.º de habitantes.

O território proposto integra uma área geográfica culturalmente homogénea que envolve o curso médio e terminal do rio Lima, ou seja, parte da sua bacia hidrográfica incluída em Portugal. Este vale, que poeticamente chamam Ribeira Lima, está contido por festos que atingem as cotas mais elevadas na região fronteiriça, precisamente nas serras do Soajo e Amarela, que estão integradas no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

1400 Metros em 50 Km de extensão, desde o mar àquelas cristas orográficas, exposições diferenciadas e uma complexa geologia dão um contributo muito particular à paisagem, sempre dominada pela água em movimento e definida por um copioso mosaico agrícola e florestal, fortemente humanizado em mais de cinco mil anos de ocupação sedentária.

A rede comunicações esteve sempre articulada em dois eixos viários paralelos ao rio em ambas as margens e três outros, de direção norte-sul, cruzando aqueles em Viana, em Ponte de Lima e em Ponte de Barca, que conferem a todo o vale uma franca acessibilidade, quer interna, favorecendo a sua coesão territorial, quer nas ligações exteriores, ao Porto e à Galiza. Estes eixos, justamente classificados como Itinerários Principais e Complementares do Plano Rodoviário Nacional, têm sido muito beneficiados, estando três deles reconfigurados como excelentes autoestradas.

O Vale do Lima é constituído por 119 freguesias e uniões delas, agrupadas em 4 concelhos – Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo – com uma população global de 167.131 residentes, maioritariamente distribuídos nas áreas mais ribeirinhas, onde se localizam as sedes concelhias que, pela compacidade do espaço urbano e pela convergência de serviços e de oportunidades. Uma Região que se tem mantido rural, embora cada vez menos agrícola. Ainda que com algum potencial económico, a verdade é que, face à concorrência externa, a agricultura entrou num declínio inexorável, a que se associou uma acentuada regressão demográfica com o recrudescimento da

emigração e o envelhecimento dos residentes. Embora estes processos se vão atenuando, não se têm verificado verdadeiras alternativas de desenvolvimento capazes de contrariar as tendências instaladas. A agricultura deixou de ocupar um lugar de peso na base económica, mas em contrapartida, com a melhoria da rede de comunicações, as atividades secundárias e os serviços têm revelado algum desenvolvimento nos últimos vinte anos, registando até alguma expressão.

Mas se o estrangulamento ao desenvolvimento económico registado nas últimas décadas do séc. XX foi um foi uma circunstância constrangedora, também, por outro lado, contribuiu para uma dilação do impacte negativo provocado pelas alterações estruturais. Vai-se reforçando, assim, a coerência interna deste Vale do Lima, que se expressa numa grande identidade, dominada por um riquíssimo património natural, cultural e humano e que fundamenta novas esperanças de revitalização económica e social.

Na nossa proposta de território de atuação para o DLBC rural do Vale do Lima excluímos do conjunto das freguesias que integram os quatro concelhos apenas a parte correspondente à União das Freguesias de Viana do Castelo. O território fica constituído, por 118 freguesias, abrangendo uma população residente de 141.756 indivíduos.

B.2 JUSTIFICAÇÃO PARA A TIPOLOGIA E LIMITES APRESENTADOS

A identidade cultural do Vale do Lima tem raízes na Proto-História, quando os íncolas que os Romanos designaram por Límicos estabeleceram os primeiros castros na região. Essa idiossincrasia ainda hoje se expressa em muitos costumes e tradições que traduzem a mentalidade e o comportamento dos seus naturais.

É evidente que a aculturação gerou fusões e simbioses que alargaram a convivência dos povos e consolidaram culturas em regiões mais vastas. É por isso mesmo que o Minho, no seu todo, é um espaço culturalmente homogéneo, que bem se justifica no estreito relacionamento que irmana os povos e as instituições na região, no país e até fora dele, na vizinha Galiza. Daí o sentimento de afinidade que reforça as iniciativas que conjuntamente envolvem este vale e os seus vizinhos.

Esta identidade cultural, que se estende a todo o Vale do Lima, tem hoje uma expressão social e económica muito definida nos quatro concelhos da sua bacia inferior, que em conjunto quasi abarcam esta área. Quasi, porque razões históricas contrárias à realidade geográfica, integraram o vale encaixado do rio Laboreiro, subsidiário do Lima, noutra realidade administrativa, que é o concelho de Melgaço. Mas, por outro lado, também na franja meridional dos concelhos de Ponte de Lima e de Viana do Castelo, houve razões que o tempo sedimentou, que justificaram a inclusão de uma parte substancial do Vale do Neiva.

No conjunto dos quatro concelhos do Vale do Lima – Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo – estão classificadas como freguesias rurais pelo PDR 2020, com base na nova Divisão Administrativa de 2013, todas as freguesias, com exceção da Areosa e da União das Freguesias de Viana do Castelo e Meadela, que integram o perímetro urbano desta cidade. Tem-se, portanto um conjunto de 117 freguesias, com uma população residente de 136.903 indivíduos.

A limitação imposta para o contingente populacional dos territórios para o DLBC Rural mantém-se nos 150.000 habitantes já considerados pelo PRODER no Quadro de Referência Estratégica Nacional. Esta circunstância deixa em aberto a possibilidade de se acrescentar ainda ao conjunto daquelas 117 freguesias rurais, a freguesia da Areosa, que estando parcialmente inserida no perímetro urbano da cidade de Viana do Castelo, por imperativos da sua estratégia

de planeamento, nem por isso deixa de conter uma vastíssima área rural, ainda caracterizada por uma estrutura agro-florestal muito vincada, bem patente no afolhamento parcelário e na atividade intensa organizada em muitos centros de lavoura que conservam os valores culturais do passado.

Essa possibilidade, não contrariando a concomitante elegibilidade da freguesia de Areosa ao DLBC Urbano de Viana do Castelo, fixaria um território de 118 freguesias, com uma delimitação administrativa precisa, porque todas elas preenchem os quatro concelhos do Vale do Lima, com uma população total de 141.756 habitantes, não excedendo, portanto, a limitação imposta. Esta área territorial em conjunto com a correspondente à do DLBC do Vale do Minho, integram a NUT III – Minho-Lima.

Assim, tendo em conta a realidade geográfica e a identidade cultural, a coerência das relações sociais e económicas, a rede de conexões funcionais, as limitações regulamentares e até a continuidade da política de desenvolvimento que tem estruturado as sucessivas edições da abordagem LEADER, propomos como território de atuação do DLBC Rural do Vale do Lima, as 118 freguesias que em anexo se identificam.

C. CARATERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

C.1 MODELO ORGANIZACIONAL

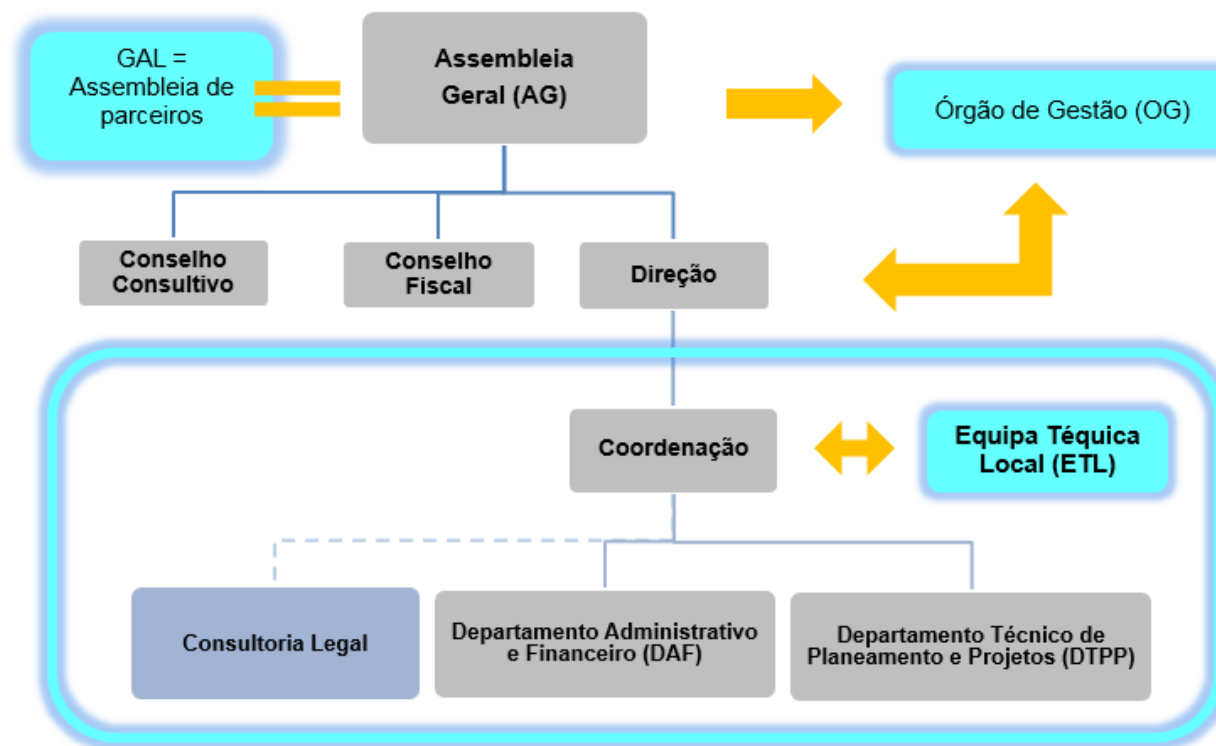
A parceria, representada pela ADRIL, assume a designação "Vale do Lima 2020".

A ADRIL é uma associação de desenvolvimento local constituída por um conjunto alargado de instituições representativas do tecido económico, social e cultural do Vale do Lima.

Regra geral, os associados da ADRIL (*vd.* Anexo II) constituem a parceria (*vd.* Anexo III). Neste conjunto de atores representativos do tecido socioeconómico do território incluem-se instituições de âmbito local, regional e nacional, cobrindo todas as áreas - agricultura, indústria, comércio, turismo, ensino profissional e superior, solidariedade social, desenvolvimento local, administração local, empreendedorismo, instituições de crédito, cultura e o desporto.

Como o conjunto dos associados da ADRIL corresponde à Parceria Local, esta reúne em Assembleia Geral (AG), órgão deliberativo a quem cabe a eleição dos membros dos restantes órgãos sociais: Direção, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo (CC) e Órgão de Gestão (OG). O esquema seguinte ilustra e identifica a estrutura orgânica da ADRIL.

Estrutura Orgânica do GAL



São competências dos diferentes órgãos da ADRIL:

Assembleia Geral / Assembleia de Parceiros

À AG / Assembleia de Parceiros do GAL compete:

- Dar parecer sobre a admissão de novos parceiros, formalizada pelo OG;

- Pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividade apresentados pelo OG;
- Pronunciar-se, sempre que para o efeito seja solicitado pelo OG, sobre todas as matérias de interesse para a atividade do GAL, e em temas associados ao desenvolvimento sustentável do território.

Órgão de Gestão (OG)

O **OG**, atualmente composto pela TURIHAB, pela CIM Alto Minho, pela CCAM AM, pela AVITILIMA, pela IN.CUBO, pela SCM de Viana do Castelo e pelo IPVC, é responsável por:

- Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
- Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e, se necessário, propor alterações na EDL;
- Decidir, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre os Pedidos de Apoio (PA) apresentados, de acordo com as orientações técnicas definidas pelas Autoridades de Gestão;
- Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL no âmbito das medidas de funcionamento e gestão do GAL, desenvolvimento de ações de animação territorial e capacitação institucional e cooperação;
- Representar o GAL;
- Aprovar o Manual de Procedimentos proposto pela ETL, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas das Autoridades de Gestão;
- Elaborar e submeter à aprovação das autoridades de gestão as propostas dos avisos de abertura de concursos referentes às medidas cuja gestão esteja delegada no GAL;
- Definir os critérios de seleção a aplicar, no âmbito das medidas cuja gestão está delegada no GAL, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos definidos na EDL;
- Propor à AG a aprovação dos relatórios de execução anual da EDL.

Conselho Consultivo (CC)

No contexto da implementação da EDL, o CC assume funções de Comissão de Acompanhamento, reunindo, no mínimo com periodicidade anual, para apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Execução Anual, e sempre que OG o convoque para emitir pareceres sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e avaliação da EDL. Na avaliação externa intermédia e final o CC debruçar-se-á sobre os relatórios de avaliação produzidos, emitindo o competente parecer.

Integram o Conselho Consultivo as seguintes entidades (*vd.* Anexo): CMVC (Presidente), UFP, ICNF/PNPG, ACIAB, EPADRPL, VALDELIMA e CAP.

Estrutura Técnica Local (ETL)

A **ETL** é constituída pelo Coordenador, pelo Departamento Técnico de Planeamento e Projetos (DTPP), pelo Departamento Administrativo e Financeiro (DAF).

O **Coordenador** tem a seu cargo:

- Coordenação técnica, administrativa e financeira da ETL;
- Divulgação dos objetivos da intervenção e âmbito de aplicação;
- Esclarecimentos das dúvidas relativas ao processo administrativo;
- Definição das condições dos Avisos de Abertura (DL n.º 159/2014);
- Distribuição dos PA recebidos pelos Técnicos;
- Validação dos pareceres técnicos e do relatório final do Aviso para decisão do OG;
- Distribuição dos Pedido de Pedido (PP) pelos Técnicos assegurando a segregação de funções entre as análises de PA e PP, e posterior validação.

O DTTP é responsável por:

- Elaborar o Manual de Procedimentos do GAL, de acordo com as orientações técnicas das Autoridades de Gestão e submetê-lo à aprovação do OG;
- Definição das condições dos Avisos de Abertura;
- Esclarecimento de dúvidas;
- Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos PA, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos na legislação e os critérios de seleção definidos para cada concurso;
- No âmbito da análise dos PA, solicitar parecer ao(s) parceiro(s);
- Elaboração do relatório final do Aviso, incluindo a hierarquização das candidaturas de acordo com a valia calculada;
- Acompanhamento físico e financeiro da execução dos PA;
- Análise dos PP;
- Assegurar os procedimentos para a realização da avaliação contínua da EDL e preparar os relatórios de execução.

O **DAF** tem as seguintes atribuições:

- Recepção/envio, registo e arquivo da correspondência;
- Organização do dossiê de cada PA;
- Esclarecimento de dúvidas.

Capacidade Técnica

A ETL é constituída por 6 elementos - 4 integram o quadro de funcionários da ADRIL e 2 contratados até ao fecho do Eixo 3 do PRODER, e cuja contratação para o quadro depende da capacidade financeira do DLBC Rural do Vale do Lima.

Nesse pressuposto a ETL será composta por 5 Técnicos superiores e 1 administrativo (*vd. Anexo IV*), responsáveis pela implementação operacional da EDL. Técnicos com reconhecida experiência na implantação das EDL's anteriores, sendo 2 (Coordenador e Técnico superior) colaboradores da ADRIL desde a sua constituição. Relativamente à formação, estão abrangidas áreas como Turismo, Desenvolvimento Rural, Engenharia Civil, Arquitetura, Gestão e Contabilidade (TOC).

Dada a limitação de recursos técnicos internos foram contratados externamente os serviços de Contabilidade e a Assessoria em Informática. A assessoria jurídica será contratada externamente com a celebração de um contrato de avença.

Capacidade Material

A ADRIL está instalada num edifício situado no centro histórico de Ponte de Lima, cedido pelo Município, o que lhe permite aceder aos diversos serviços públicos em tempo oportuno. Esta localização beneficia ainda de uma grande centralidade no seu território de intervenção. As instalações estão devidamente equipadas para a ETL desempenhar as suas funções, designadamente para o atendimento aos Promotores e para a realização de ações de animação da parceria.

A ADRIL dispõe, ainda, de dois veículos para as deslocações dos Técnicos.

Capacidade Financeira

Para efeito de avaliação da capacidade financeira da ADRIL para se assumir como entidade gestora da EDL Vale do Lima 2020 remete-se em anexo (*vd.* Anexo V) os valores dos Balanços e de Demonstração de Resultados referentes aos anos de 2011 a 2014.

Da análise dos valores históricos contabilísticos, conclui-se que a ADRIL apresenta uma capacidade financeira adequada para fazer face às exigências decorrentes da execução e gestão da EDL Vale do Lima 2020.

C.2 EXPERIÊNCIA NA GESTÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A ADRIL detém uma vasta experiência na gestão de diferentes tipologias de instrumentos de Política de Desenvolvimento Local com recurso a diferentes fundos estruturais da União Europeia.

Atentas as limitações de texto, segue-se uma breve descrição de alguns projetos em que a ADRIL esteve envolvida como promotora ou parceira:

EIXO 3 DO PRODER

Foi responsável pela gestão/implementação do Eixo 3 do PRODER no Vale do Lima, com um investimento de cerca de 20,2M€, a que correspondeu uma despesa pública de 10,6M€, o segundo maior volume de despesa pública a nível nacional.

Foram recebidos 333 PA, dos quais 216 foram aprovados gerando 272 postos de trabalho diretos. O impacto deste investimento foi visível e claramente positivo para a região, tendo permitido durante o período de crise apoiar direta e indiretamente um significativo número de empresas da região, umas construção civil, outras, empresas prestadores de serviços e fornecedoras de equipamentos.

EMER – EMPREENDEDORISMO EM MEIO RURAL

Projeto piloto criado pela Secretária de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar (SEAIA), que assentou o seu desenvolvimento e execução na constituição de uma parceria alargada, constituída por entidades com diferentes

funções e papéis e uma consolidada implantação no território - SEAIA, CIM-Alto Minho, CCDR-N, CCAM, ACIBTM, ADRIL, ADRIMINHO, IPVC, UTAD, Camaras Municipais a DRAPN (vd. Anexo) na qualidade de observador.

O projeto piloto visou apoiar e dinamizar o empreendedorismo, intervindo para isso em três eixos principais: Produtos agrícolas e agroalimentares; Circuitos curtos de comercialização e Produtos e serviços inovadores.

Do projeto piloto resultou uma proposta de programa EMER, dirigida e adaptada à promoção do empreendedorismo em territórios rurais, atualmente em fase de avaliação.

PROVERE – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS RECURSOS ENDÓGENOS

A ADRIL é a entidade coordenadora do consórcio Minho IN, formado pelas CIM do Alto Minho, Ave e Cávado, e envolvendo ainda a Entidade Regional de Turismo Porto e Norte de Portugal, as ADL (ADRIL, ADRIMINHO, ATAHCA, Sol do Ave e PROBASTO) e centenas de promotores privados, com o objetivo de promover uma Estratégia de Eficiência Coletiva, partindo de uma visão consensualizada do desenvolvimento do Minho Rural, assente em quatro áreas económicas fundamentais - Ambiente, Turismo, Produção Agroalimentar e Cultura/Património.

Durante o período de execução do QREN, ao abrigo da EEC PROVERE Minho IN, foram apoiadas dezenas de projetos de investimento, de natureza pública e privada, que no seu conjunto representam um investimento de cerca de 50M Euros, localizados nos territórios de baixa densidade do Minho e assentes nos seus recursos endógenos.

MEDIDA 1.4 DA ON

Apoiado no âmbito da ON - Operação Norte, o projeto RTM - Reinventar o Turismo no Minho consistiu na elaboração de um estudo estratégico territorial e de mercado para identificação de prioridades e de projetos estruturantes para o Turismo no Minho, que resultou na formalização do consórcio Minho IN.

PROGRAMA LEADER

Elaboração e execução de 3 PDL - LEADER I, LEADER II, LEADER+.

O programa LEADER resultou num investimento de 16M € na região. Dos PA aprovados são de realçar o Golfe de Ponte de Lima, que foi e ainda é um projeto catalisador na região; o Minho Fumeiro, justamente classificado no concurso “os 10 melhores produtos portugueses que ajudam a diferenciar as exportações e aumentar o valor acrescentado do que vendemos lá fora”; a revitalização do Caminho Português de Santiago, que atualmente é um produto turístico com imenso impacto na região; e as Aldeias de Portugal, uma marca criada pela ADRIL e que atualmente se estende a toda a região Norte, atualmente com 81 aldeias classificadas.

SUB-AÇÃO 7.1 PROGRAMA AGRIS - RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL, DA PAISAGEM E DOS NÚCLEOS POPULACIONAIS EM MEIO RURAL

Permitiu a intervenção nas aldeias - Vilar do Monte, Passagem, Lindoso, Montaria, Cabração, Germil e Sobredo, que representam um investimento de 3,6M€, e que possibilitaram, para além da intervenção em espaços públicos, a recuperação de 70 edifícios privados.

INTERREG 3C-EUROPA DAS TRADIÇÕES,- UMA PONTE ENTRE AS EURO-REGIÕES - EUROTRAD

O objetivo geral do projeto incidu sobre a troca de experiências entre duas Euro-regiões com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do Turismo Rural nas regiões Norte de Portugal-Galiza e Alpes-Adria, reforçando uma rede mais alargada de Pazos, Casas Antigas, Casas Senhoriais, Quintas e Casas Rústicas a disponibilizar como oferta.

D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA

D.1 DIAGNÓSTICO

D.1.1. TERRITÓRIO E ACESSIBILIDADES

O Vale do Lima, território de intervenção da ADRIIL, é parte integrante da NUT III Minho-Lima. Situado entre os vales do Minho e do Cávado, é percorrido pelo rio Lima desde as serras altas da Peneda e Amarela até ao Mar.



No litoral está o concelho de Viana do Castelo, com a cidade sede da NUT III, onde se concentra a maior parte população da atividade económica. Destaca-se pela existência de um porto de mar e da linha ferroviária, infraestruturas estruturantes para o escoamento de mercadorias locais e ligação com as áreas metropolitanas do Porto

e de Vigo. Também ai fica a sede do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com 3 escolas, importante polo de conhecimento ao nível regional.

O Vale do Lima é uma zona de características eminentemente rurais, onde se destaca a produção de vinho verde e de outros produtos locais.

Rio acima, encontramos Ponte de Lima, uma das mais bonitas vilas de Portugal, modelo onde a conciliação entre a regeneração do centro histórico e a animação socioeconómica. Também neste concelho, se localiza a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos, com mais de 100.000 visitantes anuais.

Foi em Ponte de Lima onde nasceu o Turismo no Espaço Rural, com os solares, as quintas e outros recursos naturais e culturais de que se falará adiante.

Continuando para montante surgem-nos Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. É aqui que se desenvolvem as zonas de montanha do Vale do Lima, onde se encontram as aldeias serranas, a criação de gado bovino e caprino, as frutas, e muito do património cultural mais interessante da região.

As vilas de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca foram também, nas últimas décadas, tiveram também os seus centros históricos recuperados, que devolveu uma qualidade acrescida ao ambiente urbano.

Ambos os concelhos partilham território que integra o Parque Nacional da Peneda Gerês, inscrito na lista de Reserva da Biosfera, que concentra um património e uma diversidade natural únicas.

No fim, a fronteira com Espanha, onde passa a autoestrada das rias baixas, uma das ligações interiores ao centro da Europa, que a curto prazo será reforçada pela linha de alta velocidade ferroviária espanhola com paragem nas proximidades de Orense.

As acessibilidades são um aspecto muito importante no Vale do Lima, que tem assistido a diversas melhorias ao longo dos últimos anos, contrariam o seu histórico encravamento.

Ao contrário das acessibilidades rodoviárias e marítimas, a ferrovia é aquela que apresenta menor abrangência e qualidade de serviço. Prevê-se a alteração desta situação durante o ciclo de apoios comunitários que agora se inicia. Esta mesma ferrovia tem hoje ligação a sul, ao Porto e daí para o resto do país, e a norte, por Tui, com ligação a Vigo.

Em termos de infraestruturas aeroportuárias, a região é fundamentalmente servida pelo aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto), a menos de uma hora de distância, mas também pelo Aeroporto de Vigo, muito importante para o mercado espanhol e para a ligação com a América do Sul. Estes dois aeroportos têm aumentado as rotas disponíveis e o número de voos.

A rede rodoviária tem já uma abrangência significativa, com a A28 (litoral) e a A3 (Ponte de Lima) a assegurarem a circulação norte-sul e a relação com territórios vizinhos, e a A27 a fazer o atravessamento nascente-poente entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, continuando até Arcos de Valdevez pelo IC 28. A grande debilidade da região está na ligação Arcos de Valdevez/Ponte da Barca à fronteira da Madalena (Espanha), debilidade que merecia resolução em tempo oportuno pois proporcionaria uma nova saída para Espanha e para a Europa com recurso à autoestrada das vias baixas e à ferrovia de Alta Velocidade.

D.1.2. POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA

A população residente no Vale do Lima teve uma evolução negativa no período 2001 – 2011, com uma quebra de 1%, resultado de uma perda em 3 dos 4 concelhos, com Viana do Castelo (zona urbana) a conseguir um aumento muito ténue da sua população residente. Trata-se de uma tendência que se tem registado em Portugal ao longo das últimas décadas que se pode afirmar, pelos valores percentuais aqui apresentados, uma possibilidade de estagnação ou mesmo da inversão da situação. Arcos de Valdevez foi o município onde mais se sentiu a quebra populacional. Mas, infelizmente, não é caso único, com perdas em todos os demais concelhos, incluindo o Viana do Castelo onde, retiradas as freguesias urbanas, a quebra rondou as 1000 pessoas. Estes dados não podem ser dissociados do que tem sido toda a evolução do sector agrícola nas últimas décadas e a esperada concentração de população nas cidades . Por outro lado, a drástica alteração da situação do país após 2011, poderá apresentar outros dados, influenciados pelo retorno à emigração em grande escala, mas também a algum retorno à actividade agrícola, que poderá ter algum impacto nos fluxos populacionais.

	Area Km2	Hab/Km2	Pop R. 2001	Pop Res 2011	Var 2001-11	SF 2001-2010	SM 2001-10	Var% 2001-11	T. Atr/Rep
Norte	21 285,88	173,3	3 687 293	3 689 682	2 389	50 419	-48 030	0,06	-1,30
Minho-Lima	2 218,80	110,3	250 275	244 836	-5 439	-8 156	2 717	-2,17	1,09
Vale do Lima	1 263,51	132,3	170 644	167 131	-3 513	-2 879	-634	-2,06	-0,37
Vale do Lima ZI*	1 229,21	115,3	146 382	141 756	-4 626	-3 211	-1 415	-3,16	-0,97
Arcos de Valdevez	446,87	51,1	24 761	22 847	-1 914	-2 214	300	-7,73	1,21
Ponte da Barca	182,18	66,2	12 909	12 061	-848	-598	-250	-6,57	-1,94
Ponte de Lima	320,79	135,6	44 343	43 498	-845	3	-848	-1,91	-1,91
Viana do Castelo	313,67	282,9	88 631	88 725	94	-70	164	0,11	0,19
Viana do Castelo ZI*	279,37	226,8	64 369	63 350	-1 019	-402	-617	-1,58	-0,96

Analisando os dados por escalão etário verifica-se uma situação bastante mais preocupante do que a quebra percentual global do Vale do Lima ou de cada concelho. O fenómeno é evidente no escalões de população activa, com quebras de natalidade significativas e um sério risco de aumento exponencial do índice de envelhecimento populacional, que já acontece. A exodo populacional e a quebra da natalidade serão fatais para a região, a menos que se compense a tendência instalada.

	População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)					C. Dependência		I. Envelhecimento	
	Var. Total	Grupos etários				(0-14+ >64 /15-64)		>64 / 0-14 anos	
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais	2001	2011	2001	2011
Norte	0,06	-13,60	-23,72	5,37	22,67	45,9	47,5	79,8	113,3
Minho-Lima	-2,17	-13,85	-28,49	2,66	13,33	54,0	57,3	132,4	174,2
Arcos de Valdevez	-7,73	-19,00	-34,69	-5,36	6,44	65,7	72,9	208,2	273,6
Ponte da Barca	-6,57	-26,85	-29,53	-1,36	13,10	58,9	61,0	127,3	196,9
Ponte de Lima	-1,91	-16,00	-26,06	5,19	14,81	53,9	54,6	93,6	128,0
Viana do Castelo	0,11	-11,14	-28,29	5,11	21,24	47,1	50,7	101,7	138,7
Viana do Castelo ZI*	-1,58	-14,66	-29,66	3,70	20,64	48,1	51,6	101,5	143,5
Vale do Lima	-2,06	-14,68	-28,58	3,25	15,83	52,1	55,1	113,7	154,4
Vale do Lima ZI*	-3,16	-16,78	-29,24	2,26	14,86	53,5	56,4	115,5	159,4
ZI* concelho de Viana do Castelo sem as tres freguesias da cidade									
Fonte: INE, Censos, calculos proprios									

D.1.3 EDUCAÇÃO

Como indicador positivo encontramos a evolução da escolaridade que representa um sucesso claro.

Para o aumento da frequência do ensino pré-escolar, que hoje cobre praticamente as necessidades do concelho, contribuíram recentemente diversos projetos apoiado pela ADRIL. Também nos demais escalões houve evoluções muito positivas, e determinante para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento rural. Quando se propõe um programa para os próximos anos que aposta muito na inovação no espaço rural, no desenvolvimento de projetos que implicam a investigação e na capacidade de empreendedorismo, nomeadamente o feminino e o jovem, é essencial contar com uma população bem formada. Mas também é importante o sucesso conseguido em junto da população mais adulta. A coesão social não passa apenas pelo emprego ou pela integração social, mas também por uma melhor convivência intergeracional, no que a escolaridade assume um papel determinante.

O Vale do Lima confronta-se com uma perda populacional, em escalões etários que podem gerar um fosso geracional *gap* perigoso, mas afigura-se para os próximos anos com melhor capital humano.

Zona Geográfica	Taxa Analfabetismo na Pop >= 10 anos		Taxa Frequencia do Pre-Escolar		Pop sem qualq nivel escolarid / Pop >= 15anos		Pop atingiu 3º Ciclo EB / Pop>=15 anos		Pop atingiu o Ensino Secundario / Pop>=18 anos		Pop atingiu o Ensino Superior / Pop>=23 anos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Norte	8,3	5,0	53,8	86,3	16,9	9,5	13,0	18,6	16,6	18,5	12,7	17,9
Minho-Lima	11,6	6,9	60,0	93,0	18,6	10,8	11,6	16,8	14,5	18,0	10,1	14,5
Arcos de Valdevez	20,3	12,6	39,2	88,6	26,8	16,3	8,1	12,9	10,4	14,1	2,1	9,5
Ponte da Barca	20,9	11,1	45,0	85,4	24,8	15,1	10,5	15,7	12,5	17,2	7,1	10,0
Ponte de Lima	14,3	7,1	52,7	91,7	20,3	11,1	12,9	19,2	10,7	17,4	7,4	11,6
Viana do Castelo	8,9	4,4	62,8	92,9	15,1	8,5	13,0	18,0	18,7	19,8	14,9	20,1
Viana do Castelo Zi*	nd	5,2	nd	89,9	nd	9,4	nd	17,6	nd	18,4	nd	15,7
Vale do Lima	8,9	6,8	56,1	91,6	18,9	10,8	12,1	17,4	15,0	18,2	8,6	15,7
Vale do Lima Zi*	nd	7,5	nd	90,0	nd	11,5	nd	17,1	nd	17,3	nd	12,9
Zi* concelho de Viana do Castelo sem as tres freguesias da cidade												
Fonte: INE, Censos, calculos proprios												

D.1.4 QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

Esta análise à escolaridade é complementada pelos dados sobre o emprego e a qualificação. Como se sabe, os dados publicados do desemprego não refletem a realidade atual. Os últimos anos deverão ter agravado este quadro, face a 2001. E em 2011 já apresentava uma evolução negativa muito acentuada. A continuação da fuga populacional do sector agrícola, os problemas nos sectores terciário (incluindo a Função Pública) e secundário (nomeadamente com a recessão em alguma indústria e na construção civil), têm contribuído para o agravamento dos indicadores.

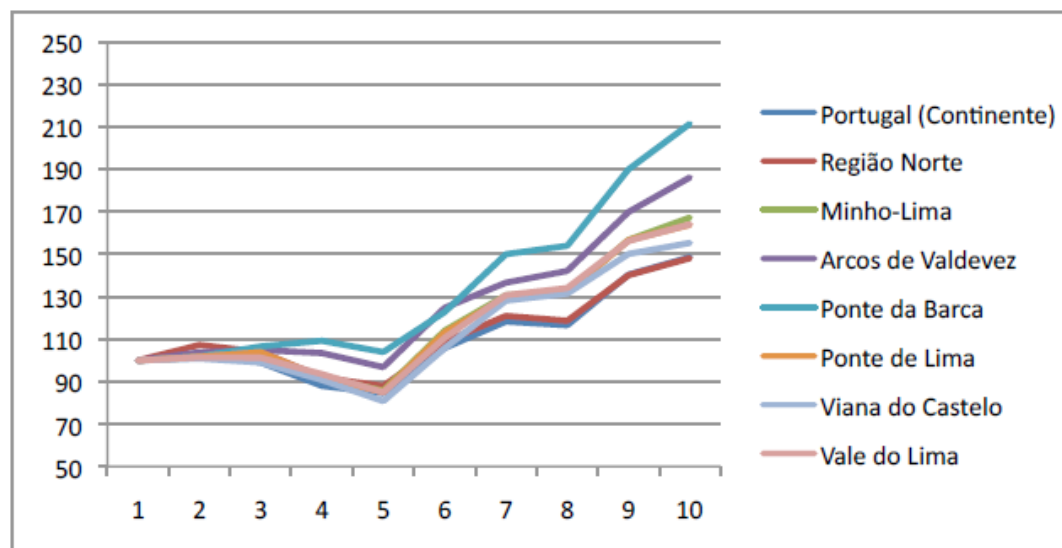
Zona Geográfica	População Desempregada				Tx. Variação %	
	2001		2011		2001-2011	
	HM	H	HM	H	HM	H
Portugal	339 261	142 947	662 180	327 600	95,2	129,2
Continente	327 404	138 869	630 711	309 345	92,6	122,8
Norte	118 912	51 504	254 182	120 019	113,8	133,0
Minho-Lima	7 037	2 848	12 330	5 892	75,2	106,9
Arcos de Valdevez	562	242	801	405	42,5	67,4
Ponte da Barca	395	156	598	305	51,4	95,5
Ponte de Lima	1 111	414	2 236	1 017	101,3	145,7
Viana do Castelo	2 887	1 152	5 182	2 343	79,5	103,4
Viana do Castelo ZI*	nd	nd	3 640	1 602	nd	nd
Vale do Lima	4 955	1 964	8 817	4 070	77,9	107,2
Vale do Lima ZI*	nd	nd	7 275	3 329	nd	nd
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011, calculos propios						

Outro dado importante a considerar tem a ver com a procura do primeiro emprego. O quadro seguinte demonstra uma diminuição da procura de primeiro emprego e um aumento da procura de novo emprego. A variação na procura de primeiro emprego e a variação na procura de novo emprego são muito diferentes.

Zona Geográfica	Taxa de Desemprego (%)				% à Procura do 1º emprego		Procura de novo emprego	
	2001		2011		2001	2011	2001	2011
	HM	H	HM	H	HM	HM	HM	HM
Portugal	6,8	5,2	13,2	12,6	21,7	18,5	78,3	81,5
Continente	6,9	5,3	13,2	12,5	21,0	18,2	79,0	81,8
Norte	6,7	5,2	14,5	13,0	20,9	18,4	79,1	81,6
Minho-Lima	6,8	4,9	11,8	10,7	24,6	19,5	75,4	80,5
Arcos de Valdevez	6,7	5,1	10,2	9,6	37,2	21,2	62,8	78,8
Ponte da Barca	8,1	5,6	13,1	12,3	27,1	25,6	72,9	74,4
Ponte de Lima	6,0	3,8	11,9	9,8	29,6	18,9	70,4	81,1
Viana do Castelo	7,1	5,2	12,5	10,9	21,3	18,5	78,7	81,5
Viana do Castelo ZI*	nd	nd	12,6	10,5	nd	17,8	nd	82,2
Vale do Lima	6,8	4,8	12,1	10,6	25,4	19,3	74,6	80,7
Vale do Lima ZI*	nd	nd	12,1	10,3	nd	19,2	nd	80,8

Houve um aumento de 100% na taxa de desemprego, passando de 6,8% para 12,1% (dados de 2011 que se agravaram nos últimos anos), que é acompanhado pela diminuição dos dois indicadores já referidos. O desafio, é por isso, enorme para a região uma vez que os principais indicadores são quase todos negativos - fuga de população, especialmente da mais jovem e ativa; aumento do desemprego; diminuição da procura do primeiro emprego, que poderá estar associada à emigração; aumento de 6% dos que procuram novo emprego

O gráfico seguinte apresenta a evolução do comportamento do desemprego entre 2004 e 2013.



Os dados demonstram uma situação preocupante nos quatro concelhos do Vale do Lima que registam indicadores de desemprego superiores aos da NUT I, II e III.

D.1.5 ECONOMIA LOCAL

No período que medeia 2001 e 2011, a atividade económica no Vale do Lima registou um interessante conjunto de dinâmicas:

- Em sentido inverso do ocorrido na Região Norte, a taxa de atividade cresceu 0,9%;
- Por seu turno, a população ativa empregada decresceu no período (-6%) de forma significativa;
- Em termos sectoriais, denota-se um decréscimo acentuado da população ativa no sector primário e um decréscimo, ainda que atenuado, no sector secundário;
- O sector terciário, acompanhando um fenómeno semelhante registado na NUT III Minho-Lima e na NUT II Região Norte, registou no período 2001 - 2011 um aumento significativo da população ativa, em particular no sector terciário de natureza social.

População economicamente ativa por setor de atividade económica, 2001, 2011													
	Taxa de Actividade (%)		TT Pop Activa Empregada		% Var Pop Ativa Empreg	% Pop. Setor Primario CAE 0		% Pop. Setor Secundario CAE 1-4		% Pop. Setor Terciario Natureza Social		% Pop. Setor Terciario Atividade	
	2001	2011	2001	2011		2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Norte	48,1	47,6	1.656.103	1.501.883	-10,3	4,8	2,9	45,8	35,5	20,5	25,3	29,0	36,3
Minho-Lir	41,6	42,5	96.973	91.794	-5,6	9,5	3,9	40,7	34,8	23,2	27,8	26,6	33,5
Arcos de	33,7	34,4	7.794	7.058	-10,4	20,0	7,3	33,5	33,6	21,9	28,1	24,6	31,1
Ponte de	37,8	37,9	4.483	3972	-12,9	7,5	5,0	34,1	24,9	27,0	33,4	31,4	36,6
Ponte de	42,0	43,2	17.511	16544	-5,8	22,6	9,8	24,3	22,7	26,9	34,8	26,3	32,6
Viana de	46,2	46,9	38.044	36403	-4,5	19,3	5,8	31,0	31,6	22,6	28,1	27,1	34,5
Viana do Castelo	nd	45,7	nd	25.312	nd	nd	2,6	nd	39,0	nd	26,0	nd	32,4
Vale do Lima	42,7	43,6	67.832	63.977	-6,0	14,9	3,4	36,9	35,7	21,7	29,7	26,5	32,3
Vale do Lima ZI*	nd	42,4	nd	52.886	nd	nd	3,9	nd	39,4	nd	25,5	nd	31,3

Fonte: INE, Censos, calculos proprios

- A estrutura empresarial do Vale do Lima, com exceção de Viana do Castelo, regista uma reduzida densidade de empresas.
- Verifica-se um predomínio de microempresas de baixa produtividade e um elevado índice de concentração de

volume de negócios e de VAB das 4 maiores empresas do concelho, sobretudo no de Viana do Castelo, muito superior ao registado no País e na Região Norte.

Indicadores de empresas por município, 2012														
	N.º Empresas	Pessoal ao Serviço	Volume de negócios	VAB	VAB / empresa	VAB/Pessoal ao Serviço	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 250 pessoas	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4
	N.º	N.º	milhares de euros	milhares de euros	milhares de euros	milhares de euros	N.º/km2	%	%	%	N.º	milhares de euros	%	%
Continente	1 017 697	3 379 729	316 674 736	73 573 766	72	22	11,4	66,49	99,9	96,1	3,3	311,2	6,85	4,75
Norte	347 939	1 161 905	89 199 155	20 851 469	60	18	16,3	66,20	99,9	95,3	3,3	256,4	6,18	4,97
Minho-Lima	23 042	63 917	4 766 481	1 129 818	49	18	10,4	71,57	99,9	96,3	2,8	206,9	23,54	23,75
Arcos de Valdevez	1 802	4 046	191 217	56 103	31	14	4,0	74,20	100,0	97,4	2,2	106,1	24,56	32,85
Ponte da Barca	943	2 034	85 268	20 890	22	10	5,2	71,69	100,0	97,1	2,2	90,4	26,22	12,63
Ponte de Lima	3 585	10 664	694 151	138 498	39	13	11,2	69,23	99,9	95,0	3,0	193,6	33,91	18,65
Viana do Castelo	8 824	28 144	2 638 419	659 933	75	23	27,7	72,22	99,9	95,9	3,2	299,0	41,81	40,66
Vale do Lima	15 154	44.888	3.609.055	875.424	58	20	11,9	nd	99,9	nd	3,0	238,2	nd	nd

Fonte INE -AERN 2013, varios quadros calculos Rodrigo Meireles,

Por sectores de atividade e pessoal ao serviço a imagem da região, temos:

NUTS e Concelhos	Pessoal ao Serviço nas Empresas, por município da sede, segundo a CAE-Rev.3 em 2011 (N.º de Individuos)				Volume de Negócios nas Empresas, por município da sede, segundo a CAE-Rev.3 em 2011 (milhares de euros)			
	Total	Indústria Transformadora	Comércio	Restantes setores	Total	Indústria Transformadora	Comércio	Restantes setores
Portugal	3 735 340	681 474	800 727	2 253 139	347 280 462	80 979 190	127 346 061	138 955 211
Região Norte	1 225 029	352 354	261 503	611 172	95 305 240	28 855 073	35 273 253	31 176 914
Minho-Lima	66 011	15 665	13 291	37 055	4 731 018	1 982 962	1 433 440	1 314 616
Arcos de Valdevez	4 294	928	996	2 370	206 120	60 217	82 924	62 979
Ponte da Barca	2 176	223	432	1 521	91 658	8 834	37 180	45 644
Ponte de Lima	10 928	2 804	2 179	5 945	738 629	286 985	276 827	174 817
Viana do Castelo	28 810	6 840	5 150	16 820	2 455 757	1 117 473	613 443	724 841
Vale do Lima	46 208	10 795	8 757	26 656	3 492 164	1 473 509	1 010 374	1 008 281

O Vale do Lima representa 70% do pessoal ao serviço no Minho-Lima, incluindo-se aqui todo o município de Viana do Castelo. Este valor mantém-se igual na distribuição por sectores e também acompanha esta tendência nos volumes transaccionados.

Agricultura

À semelhança do País, do Entre Douro e Minho e da Região do Norte, o Vale do Lima também viu diminuir na última década, tal como já acontecera na década anterior, o número de explorações e a superfície agrícola utilizada (SAU).

Variação do Nº de Explorações Agrícolas por classes de area agricola 1999-2009								
	Total Explorações Agrícolas		<1 há		1-<5 há	5 - <20 há	20- <50 há	>=50 há
	1999	2009	Var %	Var %	Var %	Var %	Var %	Var %
Portugal	415.969	305.266	-26,6	-40,4	-23,7	-20,0	-10,3	5,6
Continente	382.163	278.114	-27,2	-45,9	-23,6	-19,8	-12,0	4,5
Norte	137.552	110.841	-19,4	-41,5	-14,0	-13,6	-15,2	5,9
Minho-Lima	16.735	12.757	-23,8	-36,4	-20,2	-14,0	36,1	13,8
Arcos de Valdevez	3.081	2.181	-29,2	-41,8	-25,7	-13,8	50,0	0,0
Ponte da Barca	1.123	830	-26,1	1,0	-32,7	-30,0	0,0	-20,0
Ponte de Lima	3.729	2.840	-23,8	-52,7	-13,6	-14,0	7,7	-10,5
Viana do Castelo	2.384	1.469	-38,4	-72,3	-28,8	-5,6	157,1	200,0
Vale do Lima	10.317	7.320	-29,0	-49,9	-22,9	-14,7	45,7	6,3
Fonte PORDATA								

Esta quebra está associada à persistência do abandono de muitas explorações (-29%), com maior incidência nas micro e pequenas unidades, com reflexos visíveis na paisagem, pelo aumento da superfície inculta e terrenos agrícolas e florestais menos cuidados.

Contudo, o Vale do Lima, à semelhança do Alto Minho, continua a registar uma elevadíssima utilização da superfície agrícola, como prados e pastagens permanentes, sobretudo nos dois concelhos do interior.

Indicadores de Atividade Agrícola em 2009												
	Superfície agrícola utilizada ('SAU' em %), por dimensão da Exploração						Emprego (UTA), 2009		Produtores Agrícolas Singulares			
	Explorações	Área 'SAU'	< 5ha	5 a < 20 ha	20 a < 50 ha	≥ 50 ha	Total	Agricultora Familiar (%)	A tempo completo %	com formação profissional agrícola %	com formação secundária ou superior %	Idade média (anos)
	Nº	ha										
Portugal	303 867	3 668 145	10,8	13,4	9,8	66,0	367 393	80,1	21,23	10,85	8,59	63
Continente	276 776	3 542 305	10,8	13,0	8,9	67,3	341 502	79,9	21,61	11,17	8,76	63
Norte	110 578	644 027	25,2	32,3	14,6	28,0	148 088	85,8	27,30	12,83	8,55	62
Minho-Lima	12 700	72 206	25,8	6,9	3,5	63,8	19 355	93,7	36,85	12,14	4,84	61
Arcos de Valdevez	2 175	18 478	17,9	3,6	2,0	76,5	3 196	95,8	30,70	6,26	3,79	62
Ponte da Barca	943	3 830	42,0	12,9	5,9	42,3	1 286	97,2	40,73	5,98	4,27	60
Ponte de Lima	826	8 842	14,1	7,0	2,2	20,0	4 550	92,9	41,77	15,38	5,04	61
Viana do Castelo	723	7 073	13,5	3,1	4,1	18,4	2 490	90,4	54,32	16,78	4,74	61
Vale do Lima	4 667	38 223	29,4	9,3	3,9	57,4	11 522	93,7	40,9	11,9	4,5	61

Fonte INE -AERN 2011, vários quadros calculos proprios,

Exceptuando Viana do Castelo, a expressão social da atividade agrícola ainda é relativamente significativa no Vale do Lima e reflete-se no facto de em três dos concelhos, mais de 18 em cada 100 habitantes exercerem atividade agrícola de tipo familiar, mais do dobro do registado na País e no Norte.

Assiste-se, assim, a uma crescente inserção das famílias agrícolas e da população mais jovem no mercado de trabalho exterior à exploração, incluindo nos serviços de proximidade e no emprego em atividades turísticas e de serviços diversificados de âmbito local, (alojamento, restauração, e animação sociocultural, ambiental e desportiva.

41% dos produtores agrícolas singulares do Vale do Lima assumem a atividade agrícola a tempo completo, exercendo os restantes outras atividades complementares e geradoras de rendimentos adicionais

Os produtores agrícolas do Vale do Lima apresentam um perfil envelhecido e com baixo nível médio de formação. A idade média é 61 anos e apenas 11,9% têm formação profissional agrícola e 4,5% têm formação secundária ou superior.

Assistiu-se a um aumento generalizado da dimensão média da base fundiária das explorações, ocupando as agrícolas com menos de 5 ha., 29,4% da área, enquanto as explorações com 50 ou mais ha. concentram 57,4% da SAU.

O panorama estrutural do território do Vale do Lima onde vai ser aplicada a Estratégia de Desenvolvimento Local, deverá, ter presente as dinâmicas de mudança em curso na valorização e diversificação das atividades produtivas locais complementares à agricultura, por parte da população mais jovem, que é necessário fixar e atrair. Mas deverá tem em conta, também a importância da *pequena agricultura familiar* com rendimentos do agregado doméstico sustentado noutras proveniências, e ainda, a população idosa e reformada que complementa o rendimento familiar com o seu trabalho no amanho da horta e na courela.

Turismo

É fundamental implementar um plano capaz de estimular a economia, alterando a situação atual de abandono da periferia do território, cada vez mais agravado se não houver um incentivo real à permanência ou captação de gente jovem na região. Para isso, aposta-se no turismo como sector estratégico, aproveitando a diversidade dos recursos disponíveis.

O sector turístico regional deverá estar em consonância com o que são a estratégia nacional e regional para o turismo. O PENT, que será brevemente substituído pelo Plano de Ação Turismo 2020, tem como orientações/recursos estratégicos, para o desenvolvimento regional, os seguintes:

- Circuitos turísticos - religiosos e culturais (objetivo do PENT consolidado);
- Estadias de curta duração em cidade (objetivo do PENT em fase desenvolvimento);
- Turismo de Natureza (objetivo do PENT em fase desenvolvimento);
- Turismo de saúde, a gastronomia e os vinhos e o golfe (produtos complementares do PETN).

A análise que se apresenta para os recursos turísticos tem por base estas indicações.

Esta área do Noroeste português distingue-se pela multiplicidade de paisagens, pela harmonia dos seus diversos ecossistemas (marítimo, fluvial e terrestre) e pela autenticidade e espontaneidade das suas gentes e lugares.

De destacar, os recursos ambientais, como o Parque Nacional da Peneda-Gerês, os inúmeros miradouros, o Rio Lima e suas margens e a zona litoral. A região evoca testemunhos culturais do passado. Rica em espaços naturais, que vão da montanha ao campo, passando pelos longos areais de rios e praias, o Vale do Lima prima, ainda, pelos aglomerados rurais de tradição, história e cultura.

Destino Europeu de Turismo, o Vale do Lima recebeu vários prémios que o distinguem pelo pioneirismo e qualidade da oferta turística. Exemplo disso é o destaque dado pela Comissão Europeia no estudo dedicado aos destinos turísticos rurais – "Towards Quality Rural Tourism" – "Integrated Quality Management of Rural Tourist Destinations" e "Tourism for Tomorrow" – prémio atribuído pela companhia aérea inglesa British Airways.

Nos últimos 30 anos, uma série de projetos de relevante importância levaram ao desenvolvimento e competitividade do Turismo na região.

O Vale do Lima, detentor de um grande número de casas senhoriais, casas de lavoura e aldeias, serviu de inspiração nos Anos Oitenta aos criadores do Turismo de Habitação.

O desenvolvimento desta oferta turística original veio desencadear o aparecimento do Turismo no Espaço Rural e deu origem a duas marcas diferenciadoras com sede no Vale do Lima: os **Solares de Portugal** e as **Aldeias de Portugal**. Uma e outra são hoje projetos que se distribuem muito para lá do Vale do Lima, estando o primeiro reconhecido como uma das marcas promocionais do Turismo e o segundo em franca expansão por todo o Norte de Portugal, numa rede com mais de 80 aldeias. É esse espírito de inovação e qualidade que se pretende continuar a ter na região.

Mas não se fica a riqueza da região por aqui.

A criação de garranos tem uma imagem forte da região. Por ser uma raça muito antiga e adaptada às zonas frias e húmidas de montanha, estes cavalos vivem em liberdade durante todo o ano nas serras do Vale do Lima, sendo frequentemente apelidados de "cavalos selvagens".

Também as raças bovinas autóctones Barrosã, Minhota e Cachena e o porco Bísaro valorizam a produção agropecuária da região e contribuem para oferta gastronómica que é um hoje um dos grandes fatores de atração turística ao longo de todo o ano, a que se junta uma excelente gama de Vinho Verde (Loureiro e do Vinhão). Quem visita a região pode conhecer estes vinhos nos restaurantes ou na visita às adegas de produtores/engarrafadores inseridos na Rota dos Vinhos Verdes. Soma-se a esta oferta de produtos regionais uma série de outros que se foram desenvolvendo por via de criação de empresas, nomeadamente as laranjas de Ermelo, os enchidos ou o sector das compotas.

Não se pode falar da região sem referir o artesanato. Aos produtos tradicionais têm acrescido interpretações criativas que têm trazido a inovação para este sector. A ourivesaria, trabalho em vime, e em papel, tem criado uma nova oferta de produtos muito interessantes.

Outro indicador de empreendedorismo é a criação de factores de animação, infraestruturas e serviços de apoio que dão a conhecer os produtos e a oferta locais. O desenvolvimento económico e cultural da região também passa pela festa, trajes, danças, cantares, bandas filarmónicas e zabumbas.

O Vale do Lima, como parte do Alto Minho, é um território que mantém viva esta diversidade do seu património cultural imaterial. Das Festas da Senhora da Agonia em Viana do Castelo, passando pelas Feiras Novas de Ponte de Lima, subindo ao Carnaval do Lindoso em Ponte da Barca, ou às festas de Arcos de Valdevez, ao longo do ano decorrem outros festejos que são importantes factores de atratividade turística, mas, acima de tudo, são factores da identidade e de autenticidade da região.

O Turismo ativo / Natureza também tem aqui um enorme potencial. Traçando um percurso, e partindo de Viana do Castelo, os desportos náuticos como o *surf*, o *windsurf*, o *kitesurf*, o *bodyboard*, a canoagem, o mergulho, o remo, a vela e a pesca desportiva são ofertas que cresceram na região, e têm um potencial de desenvolvimento, atendendo ao que tem sido a alteração de comportamentos da população e a sua relação com a prática desportiva.

Por outro lado, o Turismo ativo e as atividades desportivas têm trazido à região a organização de diversos campeonatos internacionais o que é bom para a economia local pelos benefícios diretos e para a ideia de território que tem uma oferta estruturada nesta área.

As magníficas condições naturais do rio Lima propiciam uma complementaridade i entre os quatro concelhos, que permite a prática de desportos fluviais, como a descida do rio em caiaque. Mas por terra pode-se percorrer hoje uma parte já muito significativa da região na rede de ecovias que vem sendo construída e que acompanha o rio num cenário de grande beleza. Uma rede de trilhos bem conservados interliga as principais polos desta oferta as duas – Parque Nacional da Peneda Gerês, Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos e do Corno do Bico, e Sítios da Serra de Arca, do rio Lima.

Poucas regiões no País nos permitem, num percurso de 50 km sair de uma praia de mar e alcançar uma altitude de 1.500 metros no único Parque Nacional do País.

O Vale do Lima é também atravessado por dois itinerários do Caminho Português de Santiago. Um importante factor de atração turística cuja utilização tem crescido de ano para ano.

As rotas e os percursos que articulam ofertas específicas, como por exemplo as Aldeias de Portugal, justificam a criação de redes coerentes da oferta turística.

Ainda na área da Animação Turística é de registar a existência de um campo de Golfe capaz de trazer mais e diferentes turistas e de criar uma nova área de formação desportiva de jovens na região que seria quase impensável num território de baixa densidade como o Vale do Lima. Foi uma aposta de risco bem-sucedida, que resultou num campo utilizado incluindo, designadamente pela população de proximidade.

No Vale do Lima pode-se, ainda, partir à descoberta de múltiplas ofertas:

- do riquíssimo património monumental, artístico, da arquitetura civil e religiosa, a história, a arqueologia, a etnografia, testemunhos de encontros com culturas longínquas e presenças ancestrais.
- do românico do Vale do Lima, a rota dos Gigantes do Vale do Lima recentemente criada e o Caminhos Português de Santiago que são uma aposta estratégica nacional.
- dos jardins, que ganham outra visibilidade com o Festival dos Jardins de Ponte de Lima (mais de 100.000 visitantes em cada edição anual),
- dos solares, acessíveis por via do recurso Turismo de Habitação;
- das aldeias, onde se tem feito um trabalho muito empenhado de recuperação e dinamização;
- da arquitetura vernácula, que justifica já um roteiro de visita muito interessante na região.

Em síntese, o Vale do Lima tem como recursos turísticos (naturais e culturais):

Produto	Recursos
Turismo de Natureza	Parque Nacional da Peneda Gerês, Áreas Protegidas, com das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e os Sítios da Serra de Arga e do rio Lima.
Turismo de Natureza	Percursos Pedestres e Ecovias, que permitem uma fruição diferente da região e um outro conceito de mobilidade turística, no seguimento do que são as melhores práticas internacionais;
Circuitos turísticos religiosos e culturais	Caminhos Português de Santiago, com percursos caminhos a atravessarem a região;
Circuitos turísticos (religiosos e culturais)	Outros percursos culturais, alguns dos quais ainda sem um bom nível de organização turística mas que serão essenciais para consolidar o esforço de criação de ecovias e trilhos, organizando uma rede regional, com ligações a outros territórios e às redes europeias de nova mobilidade;
Turismo de Natureza	Praias fluviais e marítimas, que se distribuem ao longo de todo o vale;
Turismo de Natureza	Miradouros bem estruturados, que permitem uma interpretação integrada da paisagem do Vale do Lima;
Circuitos turísticos (religiosos e culturais)	Tradições e cultura (festas e romarias, ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, ...)
Gastronomia e Vinhos	Gastronomia - restaurantes, muito concorridos e onde se deve continuar a investir na melhoria da qualidade, da garantia da autenticidade na inovação. Vinhos - uma das principais ofertas da região dos Vinhos Verdes, com colheitas particulares e das Adegas Cooperativas. Sabores (enchidos e fumados, doçaria e produtos naturais), de excepcional qualidade.
Circuitos turísticos (religiosos e culturais) Turismo de natureza	Alojamento TER, (atendimento familiar e valorização do património). Duas marcas importantes do TER tiveram aqui a sua origem Solares de Portugal e Aldeias de Portugal. E ainda hoje têm aqui a sua principal central de reservas (CENTER).
Circuitos turísticos (religiosos e culturais)	Espaços urbanos qualificados, designadamente os centros históricos das quatro sedes concelhias. Arquitetura erudita e vernácula muito expressiva em todo o território (castros, pontes e

	calçadas romanas, igrejas românicas, construções militares, solares e igreja barrocas e arte popular)
Circuitos turísticos (religiosos e culturais)	O património imaterial (personalidades, das lendas e tradições).

Pelo sumário acima se infere que o Vale do Lima é mais que um território de potencial turístico. É uma região com turismo e que carece de manter esta dinâmica de desenvolvimento elevando-a para novos patamares de qualidade, estando esse desafio na base da definição da Visão para o território.

D.2 ANÁLISE SWOT

Ainda na sequência do diagnóstico do território, a análise SWOT relaciona os fatores de valorização intrínseca (Forças e Ameaças) com os que externamente o condicionam (Oportunidade e ameaças)

Forças	Fraquezas
Concentração da maior e mais consolidada bolsa de oferta de TH e TER em todo o país	Oferta TH com deficiente adaptação dos empreendimentos existentes às novas exigências do mercado
Saber-fazer e um conhecimento tácito coletivo enraizados na população, que lhe confere uma natural apetência para o desenvolvimento de atividades relacionadas com o Turismo	Baixa taxa de ocupação e do alojamento turístico e distribuição anual desequilibrada por uma pronunciada sazonalidade
Riqueza cultural abrangendo múltiplas áreas, com boa capacidade de aproveitamento e transformação em produtos turísticos – artesanato, gastronomia, vinhos, festas, costumes e tradições	Depreciação geral dos ecossistemas naturais e do património cultural, decorrente da desertificação e abandono do território
Produtos agropecuários de excelência	Fracas condições de atratividade e da fixação da população residente, designadamente de jovens e de investidores externos
Segurança pública e proteção civil eficiente	Turismo pouco integrado por falta de estruturação da oferta
Conceptualização crescente do património cultural associado aos valores da Natureza, paisagem, ambiente e sustentabilidade	Circuitos de comercialização mal estruturados e pouco consolidados
Produção artesanal variada e particularmente prestigiada na cerâmica, tecelagem, bordados, cestaria, cantaria e latoaria	Estrutura agrária com dificuldade de rentabilização, gerando constrangimentos ao investimento e escassez de recursos.

Oportunidades	Ameaças
Condições favoráveis à estruturação de produtos de turismo de lazer ou <i>touring</i> – Turismo Cultural, Turismo Religioso, Turismo de Natureza, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo Ativo e Desportivo	Política do Turismo do Porto e Norte de Portugal muito orientada para o Porto e Douro em detrimento de outros territórios da Região Norte, como o Minho
Proximidade ao triângulo definido pelas áreas metropolitanas do Porto, Braga/Guimarães e Vigo onde se concentra uma parte significativa da procura.	Portagens excessivas que limitam a acessibilidade e o desenvolvimento económico
Renovação da linha férrea Porto - Vigo (Comboio Celta) e criação da linha galega de AV com paragem prevista próxima da fronteira do Lindoso	Eventual insuficiência futura da bolsa de mão-de-obra disponível por perda atual de população e conseqüente tendência de envelhecimento
Crescimento da procura turística, sobretudo internacional, muito relacionada com a competitividade acrescida das infraestruturas aeroportuárias e marítimas de proximidade	Esvaziamento do mundo rural pela ausência de oferta de emprego capaz de fixar e/ou atrair população
Valorização crescente do património natural e cultural pelo seu contributo para a sustentabilidade e por proporcionar estilos de vida saudáveis	Propagação de pragas e doenças alóctones que afetam o equilíbrio dos ecossistemas bióticos
Produtos agropecuários de excelência – raças autóctones (Equídeos - garranos; Suínos - Porco bísaro; Bovinos - minhota, cachena e barrosã); mel; enchidos e fumados	Perfil do emprego disponível pouco ajustado à aquisição de competências
Aumento da procura das amenidades proporcionadas pelos territórios rurais à medida que o fenómeno da urbanização aumenta	Debilidades da procura turística nacional decorrente da perda de poder de compra

L

E. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS

A consistência e a coerência dos focos das estratégias que antecederam a presente está bem patente no quadro abaixo.

Abordagens	Foco
LEADER I	Turismo - Diversificação e criação de novas ofertas
LEADER II	Património - Factor de valorização e complemento da oferta turística
LEADER +	Cooperação – Envolvendo o Turismo e do Património Rural
Eixo 3 PRODER	Redes - Consolidação da parceria

A visão para o desenvolvimento rural do Vale do Lima no horizonte 2020 terá que forçosamente dar continuidade a uma estratégia local que ultrapassa os ciclos de programação mas que em cada um acrescenta ambição.

E.1 VISÃO

Visão Vale do Lima 2020

VALE DO LIMA - O MELHOR DESTINO NACIONAL DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL

A visão para o território rural do Vale do Lima, tal como se encontra formulada, constitui uma evolução natural e o corolário das estratégias desenhadas e concretizadas nos períodos de programação anteriores:

- É a expressão de um futuro desejado portador de ambição mas realizável, atenta a experiência, o conhecimento tácito e o reconhecimento externo de que o Vale do Lima beneficia;
- Mas é também uma orientação clara, dirigida a todos os intervenientes no processo de desenvolvimento, que permite em cada momento conhecer o caminho a seguir e as ações a desencadear;
- Encerra um juízo de valor de carácter qualitativo que aponta para a mudança de paradigma e para a inovação;
- O ajustamento das perspetivas financeiras iniciais concorre e justifica a focagem da visão naquela que é a oferta mais diferenciadora do Vale do Lima, sob pena de dispersar a ação e o investimento reduzindo, necessariamente, o seu impacto e os resultados esperados;
- Assim, a Visão não será prosseguida exclusivamente pelo instrumento DLBC, atenta as suas limitações financeiras, procurando-se articular com outras fontes de financiamento complementares que possam vir a ser disponibilizadas para o território;

- Ao contrário do que, eventualmente e de forma precipitada, se possa concluir, a Visão formulada não é redutora sectorialmente. Pelo contrário, apesar de ter um foco claro no Turismo no Espaço Rural, a multisectorialidade da estratégia está assegurada, na medida em que o Turismo tem por recurso o território, integrando todas as suas valências económicas, ambientais, paisagísticas, sociais e culturais, com particular enfoque nas atividades desenvolvidas nas explorações agrícolas cuja sobrevivência e sustentabilidade económica, em particular no Vale do Lima e na Região do Minho, historicamente radica na sua multifuncionalidade e diversificação de produções e de serviços.

O Turismo no Espaço Rural, na sua origem, parte da ideia de plurirrendimento, de multiplicação de pequenos negócios que constituem uma atividade capaz de desenvolver um território. Na origem, o Turismo no Vale do Lima visava:

- sustentar o declínio da procura e dos preços da produção e dos produtos, quando o País se virava para a indústria e serviços;
- criar oferta de alojamento turístico em zonas rurais que começavam a ter procura mas não eram interessantes para a hotelaria tradicional;
- conservar o património cultural e natural da região, designadamente os exemplares da arquitetura erudita e vernácula, que corriam riscos face ao êxodo rural e ao abandono da terra que então se verificava.

Passados estes anos, esta atividade complementar que era o Turismo no Espaço Rural desenvolveu-se e contribuiu para a recuperação do património, para a manutenção das explorações agrícolas e para a criação de emprego. Em suma para o desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural do Vale do Lima.

O território conhece hoje outros desafios que se apresenta no ponto seguinte.

E.2 DESAFIOS

A nossa Visão alicerça-se nos seguintes desafios:

Turismo no Espaço Rural como motor da economia local capaz de criar valor e emprego. A superação deste desafio implica assumir um novo paradigma do Turismo rural que vai além do alojamento, integrando uma oferta de experiências/produtos diferenciados de Turismo de Natureza, Turismo Ativo, Enoturismo, Turismo Cultural e Patrimonial, Gastronomia e Produtos Locais, suscetíveis de promoção conjunta e de comercialização cruzada.

- As explorações agrícolas, as empresas em geral, incapazes de inovar perdem competitividade e morrem. Tal como acontece às regiões. O estímulo à inovação e à experimentação deverá ser uma prioridade constante e transversal à estratégia e aos projetos.
- Estimular o empreendedorismo em meio rural. A criação de um ambiente propício ao surgimento de novas ideias, de novos produtos e o apoio ao empreendedorismo e à transformação de ideias em empresas e explorações agrícolas sustentáveis e competitivas deverá ser assegurado. Um papel essencial deverá ser aqui desempenhado pelas instituições de ensino superior/centros de conhecimento e pelas incubadoras, em suma, pela rede institucional de suporte.
- A melhoria da qualidade e da produtividade constitui também um desafio, sobretudo no que se refere às explorações e produções agrícolas. O apoio técnico e financeiro assume nesta área um papel preponderante.
- As novas tecnologias da informação e da comunicação são hoje determinantes na gestão, na promoção e na comercialização de produtos e destinos turísticos. A aposta nas TIC's é pois condição de sucesso e de concretização da Visão.
- A capacidade para escalar as empresas e os negócios, muito relacionada com a capacidade para a sua internacionalização é, também, vital. A cooperação empresarial e institucional, ao nível local, regional, nacional, transfronteiriça e transnacional, constitui um instrumento adequado para ultrapassar este desafio.
- Por último, o desafio da organização através da capacitação para a criação, estruturação e consolidação de redes colaborativas de carácter empresarial e institucional.

E.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos que contribuem e densificam a Visão são os seguintes:

Visão	Objetivos Estratégicos
<p>Em 2020 o Vale do Lima será o melhor destino nacional de Turismo no Espaço Rural</p>	<p>A. Requalificar, modernizar e integrar a oferta de Turismo no Espaço Rural</p>
	<p>B. Acrescentar valor aos produtos agrícolas, agroalimentares e florestais</p>
	<p>C. Reforçar a competitividade da agricultura e da floresta</p>
	<p>D. Inovar, experimentar e empreender na economia rural</p>
	<p>E. Preservar o património natural e cultural, material e imaterial, para criar valor</p>
	<p>F. Incluir e qualificar</p>
	<p>G. Capacitar para cooperar e competir</p>

De seguida, explicita-se em detalhe cada um dos objetivos estratégicos e identificam-se os respetivos objetivos específicos que os concretizam.

A. REQUALIFICAR, MODERNIZAR E INTEGRAR A OFERTA DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL

A requalificação da oferta Turismo no Espaço Rural vem na sequência do proposto pelo PENT (Plano Estratégico Nacional para o Turismo) e visa contribuir para a adequação do produto à evolução da procura, fator chave para o sucesso. O Vale do Lima foi pioneiro na oferta de TER. A essência da sua oferta era a oportunidade de convívio com os proprietários num património arquitectónico tradicional. Os serviços, a oferta de produtos pré-organizados, até mesmo alguns níveis de conforto, eram preteridos em função do contacto pessoal. Percebe-se, hoje, que muitos turistas não procuram apenas este contacto, mas desejam um alojamento diferente, com todos os requisitos de qualidade, mas com a mais valia do atendimento personalizado, do ambiente diferenciado, da tranquilidade ou da privacidade. Acrescem ainda a procura de experiências e vivências diferenciadoras e a participação ativa em atividades, em detrimento da postura passiva do passado. Cabe aos destinos turísticos o difícil trabalho de conseguir conformar uma oferta de qualidade moderna, disponibilizada de modo integrado. Recorre-se ao PENT para se explicar melhor este ponto. Um dos factores críticos de sucesso aí referidos para o Turismo no Rural, nomeadamente por via dos produtos turísticos Turismo de Natureza e *Touring* Cultural e Religioso, é a necessidade de oferecer ao turista uma oferta compósita, à base de empresas de pequena dimensão, hotéis ou outras modalidades de alojamento personalizadas, que possam ser adquiridas e utilizadas facilmente. A grande dificuldade apontada está na organização ao nível do território e nos patamares de qualidade oferecidos. Ao apostar num objetivo estratégico que se foca na requalificação, modernização e integração da oferta, a ADRIL vai em linha com a estratégia nacional de criar não apenas mais oferta uma melhoria do existente.

A intervenção está dentro da lógica do ciclo de vida dos produtos, direcionada para conseguir manter uma curva ascendente nesta atividade, por via do *up-grade* do produto.

Este Objetivo Estratégico é concretizado em quatro Objetivos Específicos de carácter eminentemente operacional:

A.1 Qualificar empreendimentos que assegurem níveis de qualidade nas unidades de Agroturismo, Casas de Campo (se integradas em aldeias) e Turismo de Habitação – este objectivo está direcionado para empresas com atividade na área do alojamento de Turismo no Espaço Rural e empreendimentos de Turismo de Habitação, que pretendam qualificar os seus serviços e instalações, diversificar serviços, reforçar a comercialização e promoção e trabalhar ofertas em rede. A atividade turística evolui muito rapidamente.

A.2 Melhorar a eficiência energética dos edifícios de alojamento turístico e seus equipamentos complementares – os últimos anos revelam uma alteração gradual das condições climáticas do planeta. Este fenómeno deve gerar alterações de comportamento por parte de empresas e cidadãos, seja implementando e adoptando ações que concorram para uma inversão da tendência, seja adaptando-se às consequências das alterações climáticas. O Turismo tem-se assumido como um sector sempre inovador nesta área. Os turistas são pessoas que olham às questões ambientais como um critério de opção nas suas preferências.

A.3 Incrementar a oferta de serviços de animação turística comuns – um dos grandes problemas da atividade empresarial e agrícola do Vale do Lima é a excessiva desagregação das empresas e mesmo das propriedades agrícolas. No sector turístico é essencial que as empresas desenvolvam projetos conjuntos, podendo abranger áreas imateriais da sua atividade (plataformas de comercialização, centrais de compras, ações de promoção conjunta, formação partilhada,...) ou investimentos materiais, nomeadamente serviços comuns na área da animação turística.

A.4 Consolidar a oferta de experiências turísticas transversais no Vale do Lima, assentes nos recursos do território (Turismo de Natureza, Enogastronomia, Touring Cultural e Religioso, Turismo Criativo) indo de encontro às tendências do turismo internacional e às próprias orientações estratégicas ao nível do turismo nacional e regional, bem como à Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC) PROVERE MINHO IN onde as ADL's da região estiveram envolvidas. É essencial apoiar iniciativas e projetos que contribuam declaradamente para melhorar a oferta onde a região se destaca. O Vale do Lima tem o único Parque Nacional do País; duas Paisagens Protegidas; um rio e uma serra que integram a Rede Natura 2000; uma zona de estuarina com excelentes condições para a prática de desportos náuticos; centros históricos cujos processos de recuperação e revitalização têm sido elogiados e são local de visita turística regular; uma oferta de vinhos e de gastronomia elogiada em todo o país e no estrangeiro, que gera fluxos regulares de turistas ao longo do ano; uma rede de ecovias com todas as condições de segurança e conforto para os seus utilizadores; uma rede de trilhos pedestres já bem estruturada; oferta de alojamento TER bem distribuída; dois itinerários do Caminho Português de Santiago; atividades de turismo ativo em todo o vale, património material e imaterial rico; Solares e jardins históricos; eventos que estão associados ao património local e trazem cada vez mais pessoas ao território; programação cultural que abrange diversos segmentos de mercado.

Ao querer afirmar-se como o melhor destino TER do país, e quando possui já uma interessante oferta, o Vale do Lima deve ter como orientação para o futuro trabalhar com os sectores privado e público para atingir patamares de qualidade superior na organização da oferta de experiências turísticas que estejam direcionadas para produtos específicos, em detrimento de uma aposta que olha mais à organização de serviços (criar alojamento, restaurantes) do que à oferta de produtos que possam ser experimentados e comprados facilmente (experiências de alojamento, de enogastronomia).

Significa, isto, olhar o território e estimular ações que contribuam para um aumento da qualidade geral e não apenas para o bem-estar uma empresa, quando esta depende cada vez mais de um bem-estar regional. É um trabalho mais minucioso, que implica uma opção política sobre, que investimentos? para que produtos? em que territórios? com que empresas e comunidades?. É um investimento onde não se olha ao individual, como no passado, mas sim ao cruzamento entre a oferta turística existente, a vivência social e económica do local onde se realiza e os impactos na estruturação de todo o Vale do Lima. No final, deve resultar num produto melhor organizado por via de projetos que geram mais benefícios.

B. ACRESCENTAR VALOR AOS PRODUTOS AGRÍCOLAS, AGROALIMENTARES E FLORESTAIS

A estratégia do Vale do Lima não se resume ao turismo, nem uma oferta turística no meio rural se desenvolve sem uma atividade agrícola, e uma produção agroalimentar e florestal consistente.

Património destruído, montes e campos abandonados, com aldeias e vilas desertas, jamais darão um bom destino turístico. Acresce a esta situação o que vem referido no estudo sobre a internacionalização do turismo no meio rural (MADRP, 2012) e novo paradigma deste tipo de turismo onde 50% de quem procura pretende cada vez mais o contacto com o mundo rural, com as atividades. Mas também pretende consumir sob as mais variadas formas estes produtos locais, nas refeições, nas recordações, numa visita propositada para comprar este ou aquele produto. Só com organizações agrícolas, que apostem na qualidade, na valorização dos produtos da região se pode alcançar aqueles resultados. O modelo de unidades quase para autossustento que vigorou num passado onde o meio rural estava povoado, onde o custo do factor humano era baixo, onde os outros sectores de atividade não eram concorrentes, levou ao abandono e desvalorização do que são os produtos autóctones de cada região.

No Vale do Lima, produtos como o Vinho Verde, as frutas, a carne, o fumeiro, sobreviveram a esses tempos, conseguiram desenvolver a atividade e hoje a região apresenta uma capacidade e qualidade reconhecidas em alguns produtos. Com este objectivo estratégico procura-se estimular o sector agrícola, agroalimentar e florestas o que terá como um dos efeitos diretos a qualidade da experiência turística pois no final deve conseguir melhor oferta de produtos para o consumidor final, para os hotéis, para os estabelecimentos de restauração e bebidas, para as lojas de produtos locais. As áreas em causa vão além do apoio à produção, englobando a cooperação empresarial, a inovação, a disseminação de boas práticas na produção, a comercialização, a promoção, para que o trabalho desta região tenha uma procura crescente, acompanhe as novas tendências e se torne num sector essencial para toda a economia regional. O turismo beneficiará muito dessa realidade e estará dentro do que são as melhores práticas pois também aqui se trabalhará para que toda a vivência turística esteja em contacto com produtos de qualidade, o que é cada vez mais valorizado pelos turistas. Recorde-se a este propósito um inquérito efectuado pela Organização Mundial de Turismo (2013), sobre as preferências dos turistas nas suas deslocações aos destinos. A atividade preferida era consumir produtos locais. Sem economia local, sem produtores locais, não haverá essa oferta e o Vale do Lima ficará a

perder face a outros destinos nacionais e acima de tudo internacionais. Para atingir este objectivo estratégico propõe-se os seguintes objectivos específicos.

B.1 Valorizar e promover os produtos de qualidade, como o vinho verde, as raças autóctones, os produtos da terra, entre outros – ninguém é bom a fazer tudo. Não é tão pouco possível conseguir fazer tudo num território como o Vale do Lima. Apesar de uma possibilidade de se produzir quase tudo em qualquer parte do mundo, hoje também se assiste a uma procura diferente, que busca o exclusivo, o original, mesmo que o preço seja superior.

B.2 Melhorar a comercialização da produção local através de novas estratégias de marketing – uma das maiores debilidades da região é a baixa capacidade de comercialização da produção local, revelando lacunas na área do marketing empresarial, visto em sentido lato na vida de uma organização. Por via de diversos tipos de iniciativas e projetos pretende-se melhorar a distribuição dos produtos e das produções, as condições em que a mesma é realizada, apoiar formas de escoamento e redução dos custos de produção.

B.3 Aumentar o número de produtos e produtores certificados no Vale do Lima – o consumidor procura cada vez mais garantias de que consome produtos de qualidade. A certificação de qualidade e de origem tem impactos muito positivos na atividade das organizações, designadamente na componente comercial. O reconhecimento por parte do público em relação ao que são os produtos específicos, as denominações de origem, de uma região vem aumentando e sendo cada vez mais valorizado.

B.4 Direcionar e orientar os fluxos de turistas e de visitantes de forma a contribuir para o encurtamento das cadeias comercialização dos produtos locais – a gastronomia e vinhos são hoje uma das atividades mais procuradas na região do Vale do Lima. O aumento da procura turística em torno destas experiências e dos produtos locais terá fortes consequências sobre o consumo daqueles, não apenas nos restaurantes mas em todo o processo de visita às explorações agrícolas e às unidades de transformação, sendo importante criar condições para a fácil aquisição dos produtos nessas deslocações.

C. REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA E DA FLORESTA

Todo o desenvolvimento do meio rural passa pela competitividade das suas organizações, nomeadamente das suas empresas e explorações. Com este objectivo estratégico pretende-se enfatizar a necessidade de se trabalhar especificamente na gestão interna das organizações, estimulando o trabalho em rede, o cruzamento sectorial com vista à inovação e produtividade, a melhoria das condições de funcionamento e gestão e a adopção de boas práticas na produção. Para isso é necessário intervir nos factores chave de produção, criando melhores empresários, melhores empresas, que se traduzirá em melhor ambiente para as actividades económicas e melhores condições de vida. Com este ganho de competitividade das empresas também se procura criar mais e melhor emprego, o que deverá resultar na fixação e atração de população e de novas empresas. A ideia de um território com boas práticas empresariais, que apoia as empresas e seus colaboradores a ficarem melhores, é indubitavelmente uma mais valia para trabalhar a atração de novo investimento pois, contrariamente a outros sectores de atividade, a agricultura, este tipo de agroalimentar e a floresta não são de fácil replicação ou transferência para outros territórios. Daí a ligação entre este objectivo e os demais que visam o desenvolvimento agrícola. A aposta em fileiras de produção regional também é estratégica para a ADRIL, incluindo aqui os potenciais consumidores de proximidade. Um território ocupado, com atividade económica, vivência social, é um bom território para visitar pois só assim se conseguirá preservar a paisagem e o património natural que são hoje bandeiras usadas na definição de políticas para o turismo mas que sem uma concretização no terreno ficarão seriamente comprometidas. Daí ser extremamente importante apoiar o aproveitamento sustentável dos recursos locais, nas mais diversas formas. O incentivo às boas práticas de produção é essencial para o turismo por via dos seus impactos positivos na biodiversidade que é essencial para o turismo de natureza. Os objectivos específicos são:

C.1 Estimular a cooperação entre empresários agrícolas e destes com sectores complementares que permita ganhos de eficiência nos processos e de qualidade de produto – é uma das maiores dificuldades na região do Vale do Lima por via da dimensão das explorações agrícolas e do próprio perfil do empresário agrícola, sem esquecer a tradição do modelo de desenvolvimento do sector primário na região. Hoje, com uma nova geração de produtores que chegam à

atividade e perante as condicionantes que o novo paradigma apresenta, considera-se que será o momento ideal para incentivar esta cooperação com vista a obter ganhos de eficiência e qualidade.

C.2 Desenvolver unidades empresariais agrícolas e florestais por via da melhoria dos métodos de produção, comercialização e modelos de gestão, nomeadamente com informatização de processos, requalificação de instalações, eficiência energética, entre outros – o sector empresarial carece de apoio e incentivos para evoluir, tarefa essa que por vezes se torna mais difícil em territórios rurais por via da dificuldade de acesso ao conhecimento e pela capacidade das próprias organizações. A estratégia deve focar-se na qualificação das organizações, dotando-as da melhor solução na relação entre custo de investimento/resultados obtidos, naquilo que são factores chave de sucesso, nomeadamente métodos de produção, qualidade de instalações e equipamentos, informatização de processos de produção e de gestão administrativa e comercialização.

C.3 Apoiar investimentos em negócios agrícolas suscetíveis de contribuir para melhorar a performance ambiental da região, concorrendo para a imagem global de território amigo do ambiente e qualidade ecológica – toda a estratégia de desenvolvimento territorial do Vale do Lima tem sido muito orientada para a valorização dos ativos ambientais e naturais.

C.4 Incentivar a produção em modo biológico e proteção integrada, facilitadora do acesso aos mercados mais exigentes e que promova a imagem do território como zona de excelência, diferenciadora – existindo hoje um conhecimento alargado sobre a produção em modo biológico e proteção integrada, percebe-se que existem riscos e mais valias que podem levar os empresários agrícolas a optar por esta via.

D. INOVAR, EXPERIMENTAR E EMPREENDER NA ECONOMIA RURAL

À semelhança do resto do país, no Vale do Lima a cultura de risco, experimentação e empreendedorismo no meio rural é muito reduzida. A aposta recorrente nos mesmos produtos e métodos é a predominante na região, invocando-se demasiadas vezes a segurança da transmissão de conhecimentos seculares. Sem esquecer esse importante património do passado, mas ciente de que do risco surgem novos produtos de sucesso (o que seria do turismo no meio rural sem a experimentação e o risco), a ADRIL pretende estimular a capacidade empreendedora das empresas locais, que não apenas as de jovens empresários, para apostarem na área da inovação e desenvolvimento em torno dos produtos de todos os sectores de atividade, do turismo à floresta, mas sempre a partir de recursos locais. Ter mais empresários, a correr maiores riscos, também envolvendo essa área fundamental que é a da inovação social ligada ao apoio às populações e à economia, aumentar o número de novas ideias de negócio, são os alvos que se pretende atingir com este objectivo estratégico para o Vale do Lima. Uma nota especial para a componente social. Hoje, um número alargado de respostas sociais prestadas às populações rurais passa por iniciativas de ordem social que podem ser uma das áreas estratégicas para o futuro dos espaços rurais. Quando o Estado se concentra nas sedes de concelho e de distrito, pode não criar um problema mas sim gerar oportunidades para a economia local. Urge aproveitar e transformar em novos projetos que podem ser determinantes para a ocupação do território e para a fixação da população. Também urge aproveitar os estudantes, os frequentadores de ações de formação, para que sintam um incentivo a desenvolver as suas ideias, a criar novas formas de riqueza e de bem estar social, a criar um Vale do Lima melhor para visitar, para investir e para viver. Os objectivos específicos são os seguintes:

D.1 Apoiar a experimentação e a prototipagem de negócios em torno dos recursos e produções locais, incluindo os cruzamentos sectoriais para desenvolvimento de novos produtos e serviços – por via de criação de novas organizações, ou no âmbito de existentes, pretende-se criar linhas de apoio para a experimentação e desenvolvimento de prototipagem de negócios em torno dos recursos e produções locais, especialmente naquelas áreas onde é possível desenvolver fileira de produção que vão da base (a criação do recurso) até à comercialização. É importante conseguir estimular organizações que consigam trabalhar ao nível local e também ao nível internacional.

D.2 Promover a economia social como resposta inovadora aos desafios da empregabilidade, inclusão social e preservação do património cultural e ambiental – o meio rural tem que encontrar novas respostas para o seu desenvolvimento. Parte das mesmas podem estar no sector turístico e na aliança entre este e a economia social. Olhando para a estruturação do sector social na região, sua disseminação pelos 4 concelhos e capacidade de gestão conseguida, deve-se desenvolver uma estratégia que aproveite o que existe e novos agentes para desenvolver projetos na área da economia social que venham a beneficiar e ser beneficiados pela atividade turística e outras complementares, e assim contribuir para a preservação e desenvolvimento do património natural e cultural.

D.3 Incrementar o número e a qualidade dos processos de transformação de ideias em negócios, especialmente aqueles gerados por jovens empreendedores e/ou por mulheres empreendedoras – é preciso trabalhar a partir das escolas para que se consiga tornar os jovens em empreendedores na sua comunidade, incluindo a capacidade e interesse em criar o seu próprio negócio.

D.4 Criar um ambiente favorável ao risco e disseminar a cultura do empreendedorismo – decorre do objectivo específico anterior a intenção de trabalhar para que se incuta na região um ambiente favorável ao risco, bem como se pretende desenvolver um conjunto de ações que incentivem para o empreendedorismo, para tal utilizando as diversas ferramentas institucionais e financeiras de que a região já dispõe e irá dispor nos próximos anos.

E. PRESERVAR O PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL, PARA CRIAR VALOR

O período de programação agora terminado tinha uma ação específica para a preservação do património cultural. Os projetos desenvolvidos visaram essencialmente a recuperação de património, nomeadamente construções tradicionais, aldeias, sem uma criação direta de riqueza como condição obrigatória, e que acabou por não existir numa parte significativa de projetos. Neste novo ciclo que agora se pretende implementar, entende-se ser importante dar continuidade a essa estratégia mas torná-la mais consequente no impacto sobre as comunidades onde se fazem a intervenção. Isso pode ser gerado por via do impacto sobre o desenvolvimento de audiências na área cultural, nomeadamente pessoas a frequentarem formações, aulas livres, grupos culturais, o que é visto hoje como determinante no desenvolvimento rural pela mais valia que tem para que haja ocupação do tempo livre, sentido de pertença a uma comunidade e, obviamente, preservação do património. Mas também por via do impacto económico gerado, nomeadamente criação de riqueza e criação de emprego. Todo o esforço deve ser colocado para que os projetos, com e sem fins lucrativos, sejam importantes dinamizadores da região. Trata-se de uma ação muito importante para o turismo. Cada vez mais o turista quer conhecer a cultura local, quer visitar, estudar, interagir, ver. Fazendo-se este trabalho em torno do património material e especialmente do imaterial, dotando as organizações de melhores condições para desenvolverem a sua atividade, apoiando pequenos núcleos de atividades, mas sempre numa estratégia transversal à região, cria-se mais ofertas turísticas por via dos resultados que hoje se sabe ser possível atingir neste trabalho artístico com as comunidades. Mas, sempre que possível, devem estes projetos ser geradores de riqueza e emprego, cruzando-se com a ideia de estimular o empreendedorismo social e empresarial. Uma das vertentes empresariais serão as que resultem em projetos de valorização do património natural e cultural com atividade turísticas complementares à oferta de alojamento turístico. Os objectivos específicos são os seguintes.

E.1 Preservar o património cultural e natural por via de criação de novas ofertas turísticas que não de alojamento turístico – pretende-se estimular o surgimento de projetos realizados com base nos recursos culturais e naturais que contribuam para a melhoria das atividades de animação turística no Vale do Lima.

E.2 Incentivar a produção de conhecimento em torno do património cultural e natural como factor de desenvolvimento e inclusão social da população residente – um dos riscos atuais é de se focar demasiado a política de desenvolvimento regional numa cultura de pragmatismo excessivo, de resolução do problema pontual, esquecendo o legado histórico e a produção de novo conhecimento por via de estudo em torno dessa herança

E.3 Apoiar iniciativas empresariais na área da criatividade baseadas e inspiradas nos recursos patrimoniais e as tradições rurais – uma das áreas que se tem desenvolvido exatamente por via do aproveitamento de um legado interessante do Vale do Lima que são as artes tradicionais, é a parte da criatividade a partir dos recursos patrimoniais regionais. Hoje são vários os criativos regionais que da arquitetura ao *design*, dos brinquedos aos chocolates, desenvolvem novos negócios com forte ligação material e imaterial à região, e criam uma gama de novos produtos perfeitamente adequados ao perfil da procura local e também da procura dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais.

E.4 Melhorar a conectividade entre as aldeias e agregar a sua oferta através da criação e animação da Grande Rota das Aldeias do Vale do Lima - uma das apostas da ADRIL foi a recuperação de aldeias com sua afectação à atividade turística. Hoje existem diversos casos de sucesso na região e outros que precisam de ser incrementados para tornar a sua oferta num produto turístico mais interessante. No seguimento do exposto em relação ao sector turístico neste documento, a criação de massa crítica na oferta será uma das apostas estruturantes para os próximos anos. Para isso, é essencial desenvolver a oferta em rede, agregando diversas pequenas ofertas em torno de uma dimensão regional. Para tal, deve-se aproveitar o grande legado de caminhos e percursos passados, com os caminhos de Santiago, as estradas reais, as vias romanas, os percursos religiosos de romagem, a distribuição de exemplares interessantes de arquitetura civil e religiosa. Faz-se essa agregação por via da organização de rotas de cariz turístico, que também incorporam pequenas rotas pedestres e ecovias já existentes, a oferta de alojamento turístico especialmente nas aldeias e outros negócios existentes e a criar ao longo dos percursos. Esta iniciativa faz a ligação entre equipamentos turísticos, dinamização de aldeias, criação de desenvolvimento de áreas protegidas, que passam a ser fruídos sobre um signo de Grande Rota das Aldeias.

F. INCLUIR E QUALIFICAR

Contribuir para a qualificação dos recursos humanos e, conseqüentemente, para o aumento da empregabilidade do micro empreendedorismo e do autoemprego constitui um novo desafio que se coloca à parceria. Trata-se contudo, e não obstante a dimensão de recursos que lhe possa vir a ser afeta, de contribuir para uma alteração estrutural da intervenção da ADRIL em matéria de desenvolvimento rural.

Por seu turno, contribuir para a inclusão e para a integração de franjas marginalizadas da população é também um objetivo partilhado pela parceria que fará apelo a novos recursos e formas de intervenção.

Este objetivo estratégico decompõe-se nos seguintes objetivos específicos:

F.1 Qualificar recursos humanos para dar resposta às necessidades do tecido empresarial local – No Vale do Lima a evolução da escolaridade nas últimas décadas foi muito significativa. A rede de ofertas formativas no Vale do Lima está hoje bem estruturada, percorrendo todos os ciclos de ensino, com uma oferta adequada ao que são os sectores estratégicos de desenvolvimento da região, e abrangendo os mais diversos perfis técnicos e sociais da população.

F.2 Promover a cidadania, a autoestima e o desenvolvimento pessoal como formas de inclusão.- Sendo conhecidos no Vale do Lima uma série de problemas e constrangimentos de cariz social, alguns dos quais respeitam a áreas de formação e bem-estar pessoal, na área da cidadania, e que se refletem na autoestima e no desenvolvimento pessoal dos cidadãos. A ADRIL propõe-se ter uma intervenção que não recaia apenas na formação técnica mas que explore as áreas da formação humana como prioritárias, complementadas depois com a formação profissional.

G. CAPACITAR PARA COOPERAR E COMPETIR

Ao longo dos diferentes períodos de programação e da execução de diversas abordagens Leader, a ADRIL foi adquirindo experiência no desenvolvimento dos territórios rurais do Vale do Lima que permitiu perceber que é essencial um trabalho em parceria, com uma rede institucional que acolhe entidades públicas e entidades privadas, mas que não se deve resumir ao âmbito do seu território, nem ao nacional, mas alcançando âmbito internacional. Este objectivo estratégico vai nesse sentido, procurando inovar no modelo de gestão, aprendendo com a experiência do passado e com o sucesso, obviamente que com alguns insucessos, que a elevada taxa de execução registada nos permite trabalhar. Para isso, organiza-se um modelo de gestão da parceria apresentado neste documento e sustenta-se esse modelo em 3 objectivos específicos a atingir:

G.1 Aprofundar a cultura, e disseminar ferramentas, de trabalho em rede no contexto da implementação da estratégia e da execução dos projetos, nomeadamente através da partilha de recursos, competências e conhecimentos existentes, nomeadamente no contexto da própria parceria – pretende-se reforçar o trabalho em parceria, desenvolvendo novas ferramentas para o desenvolvimento de projetos, especialmente focado no incremento de ideias inovadoras que possam contar com os diversos atores regionais para que tenham maior taxa de sucesso e consigam atingir melhor os objectivos a que se propõem. As entidades que integram a parceria serão aqui chamadas a desempenhar um conjunto de tarefas e funções, fazendo apelo aos recursos, competências e conhecimentos que detém, partilhando em rede e colocando-os desta forma ao serviço do desenvolvimento local e das empresas.

G.2 Aprofundar a cooperação Leader para o desenvolvimento rural, para inovação, designadamente nas ótica territorial (explorando a identificação que resulta da proximidade do Alto Minho e do Minho) e temática (Turismo no Espaço Rural; Enoturismo; Vinho; etc.) – o trabalho com as ADL's mais próximas mas também com outras que têm sido parcerias em diversas iniciativas nacionais e internacionais será para ter continuidade, com algumas inovações a realizar nos próximos projetos de cooperação. Também se pretende reforçar a parceria já iniciada no âmbito do da Estratégia de eficiência Coletiva PROVERE MINHO IN e os projetos de cariz mais temático em torno da estruturação nacional e internacional do turismo no meio rural, como são exemplo as Aldeias de Portugal, a Europa das Tradições o

projeto Rural Criativa, os produtos locais de qualidade, a Enogastronomia, entre outros que se pretende desenvolver nos próximos anos.

A articulação com outras entidades, nomeadamente a CIM Alto MINHO e a ADRIMINHO, o seu envolvimento na MINHO IN – EEC, bem como no contexto da Região do Norte são importantes para conseguir melhores resultados para toda a estrutura económica e social do Vale do Lima.

G.3 Perspetivar a cooperação como instrumento para a internacionalização, marketing e promoção do território de intervenção e dos produtos locais, designadamente através da integração e participação em redes europeias – com recurso às parcerias do passado, mas abertos a novas propostas, pretende-se trabalhar em torno de parcerias internacionais que envolvam o sector turístico, indo de encontro ao que tem sido a própria orientação da União Europeia para aumentar os produtos turísticos de dimensão comunitária, mas também de outras na área da criatividade, assim respondendo à grande necessidade transmitida pelos criativos regionais para que consigam a internacionalização da sua atividade.

G.4 Reforçar a capacidade institucional para a gestão, animação e avaliação das estratégias de desenvolvimento local – A ADRIL aprofundar o envolvimento da na gestão, animação e avaliação das estratégias de desenvolvimento local do Vale do Lima.

E.4 EIXOS DE INTERVENÇÃO

A árvore de objetivos construída concretizar-se-á através de um conjunto de eixos de intervenção que corporizam o Plano de Ação da Estratégia de Desenvolvimento Local do Vale do Lima.

A estrutura dos Eixos de intervenção da macro estratégia do GAL Rural do Vale do Lima, por seu, acolhe adequadamente as diferentes tipologias de intervenção previstas para o FEADER, o FEDER e o FSE como abaixo se demonstra.

Eixos de Intervenção	Tipologias de Intervenção
I – Competitividade e Inovação Rural	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas
	Pequenos investimentos na transformação e comercialização
	Diversificação das atividades na exploração
	Concessão de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e médias empresas inovadoras;
	Promoção de produtos de qualidade locais
	Cadeias curtas e mercados
II – Recursos do Território	Renovação de aldeias
	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
III – Empregabilidade e Inclusão	Criação de emprego por conta própria
	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade
IV – Governança, Cooperação e Capacitação	Cooperação Leader para o Desenvolvimento e Inovação
	Redes e capacitação institucional
	Funcionamento e gestão do GAL

E.5 RESULTADOS ESPERADOS

A previsão apresentada teve por base a experiência da ADRIL na gestão e implementação do Eixo 3 do PRODER.

Assim, foi efetuado um levantamento de todos os projetos submetidos e aprovados de acordo com os limites de investimento agora existentes, sendo calculado o valor médio de investimento dos Pedidos de Apoio e o custo médio do Posto de Trabalho. Foi com esta base e com os pressupostos abaixo indicados que chegámos aos indicadores de resultado.

Pressupostos assumidos:

- Desconhece-se o número de DLBC Rurais, mas admitimos que sejam 47, de acordo com o estabelecido no PDR 2020;
- Desconhece-se o número de DLBC a criar na Região Norte, mas admitimos que sejam 16, de acordo com objetivo do PO Regional;
- Desconhecem-se os critérios de alocação financeira do FEADER, no PDR 2020, do FEDER e FSE no PO Regional a cada DLBC, mas admitimos que o valor seja dividido de forma equitativa pelo número de DLBC;
- Desconhece-se o critério de distribuição das verbas por ação admite-se que venha a ser feita de acordo com o quadro seguinte;
- Desconhece-se a taxa de financiamento do FEADER e FSE pelo que se pressupõe que seja de 50%.

Com esta base de trabalho e com os pressupostos assumidos e acima explicitados, chegámos ao seguinte quadro de previsão de Pedidos de Apoio, que serviu de base para o cálculo dos resultados esperados.

	Peso da DP	Despesa Pública	N.º de PA's
FEADER		2.304.964,53 €	79
Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	15%	345.744,68 €	35
Pequenos investimentos na transformação e comercialização	15%	345.744,68 €	7
Diversificação de atividades na exploração	20%	460.992,91 €	7
Cadeias curtas e mercados locais	15%	345.744,68 €	7
Promoção de produtos de qualidade locais	15%	345.744,68 €	5
Renovação de aldeias	20%	460.992,91 €	18
FEDER		1.102.941,18 €	41
Concessão e apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e ao apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de emprego	60%	661.764,71 €	21
Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	40%	441.176,47 €	20
FSE		1.985.294,12 €	63
Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	60%	1.191.176,47 €	38
Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	40%	794.117,65 €	25
TOTAL		5.393.199,83 €	183

FEADER - indicadores

Indicador	Resultados esperados	Justificação
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	37	Valor calculado com base no custo unitário do posto de trabalho apurado no Eixo 3 do PRODER do Vale do Lima nos Pedidos de Apoio em Ações similares e com investimentos até 25.000,00€ e até 200.000,00€, de acordo com a Ação.
Empresas Apoiadas	61	Valor calculado com base no investimento médio apurado no Eixo 3 do PRODER do Vale do Lima nos Pedidos de Apoio em Ações similares e com investimentos até 25.000,00€ e até 200.000,00€, de acordo com a Ação. Tendo em consideração que os investimentos na Ação- Renovação das Aldeias, não serão na sua maioria apresentados por empresas, excluímos estes. Serão 61 as empresas apoiadas.
Percentagem da população total coberta pela EDL	85%	O Vale do Lima possui 167.131 habitantes e a população da área de intervenção proposta 141.756, pelo que a população coberta é de 85%.
Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	0,47%	Com os pressupostos considerados, chegamos a 35 explorações agrícolas apoiadas. Como o Vale do Lima possui 7.320 explorações, de acordo com os censos de 2011, a percentagem de explorações agrícolas cobertas é de 0,47%.
Percentagem de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	0,65%	Tivemos alguma dificuldade em encontrar o número de unidades industriais existentes no Vale do Lima e apenas conseguimos encontrar foi o número de indústrias transformadoras. Mas este valor que este valor inclui atividades não elegíveis. Como calculado de empresas a apoiar calculado é de 7, temos 0,65% de unidades industriais apoiadas.
Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas	15%	De acordo com a estratégia traçada, decidimos alocar 15% da despesa pública ao pequeno investimento nas explorações agrícolas, que permitirá apoiar 35 projetos.
Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais	15%	De acordo com a estratégia traçada, decidimos alocar 15% do despesa pública ao pequeno investimento nas explorações agrícolas, que permitirá apoiar 7 projetos.
Peso da despesa pública para apoio às cadeias curtas e mercados locais	15%	De acordo com a estratégia traçada, decidimos alocar 15% do i despesa pública ao pequeno investimento nas explorações agrícolas, que permitirá apoiar 7 projetos.

FEDER e FSE - indicadores

Indicador	Resultados esperados	Justificação
Criação de Emprego	42	Valor calculado com base no custo unitário do posto de trabalho apurado no Eixo 3 do PRODER do Vale do Lima nos Pedidos de Apoio em Ações similares e com investimentos até 100.000,00€, de acordo com a Ação.
Empresas Apoiadas	79	Valor calculado com base no investimento médio apurado no Eixo 3 do PRODER do Vale do Lima nos Pedidos de Apoio em Ações similares e com investimentos até 100.000,00€, de acordo com a Ação.
Capacidade para a criação sustentável de emprego	34	
Capacidade de Mobilização de investimento privado associado à intervenção pública	1,81	Cada euro de despesa pública, gera 0,81€ de despesa privada.
Aumento de dormidas em estabelecimento hoteleiro, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	35% a 40%	No PO Norte é estabelecido como objetivo o aumento de 35% no valor das dormidas em estabelecimento hoteleiro, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros. Como a estratégia da ADRIL passa por tornar o Vale do Lima “o Melhor Destino Nacional de Turismo no Espaço Rural” propomos um aumento de 35% a 40% no valor das dormidas e uma variação idêntica no número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural.
Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	35% a 40%	

Consideram-se os valores de despesa pública acima identificados, estimados a partir dos dados conhecidos, como manifestamente insuficientes para justificar a dinâmica da região, condicionando de forma significativa o investimento no desenvolvimento rural do Vale do Lima. De facto, no Eixo 3 do PRODER, o Vale do Lima contou com uma despesa pública de 10,6 milhões de euros, o dobro do que se afigura com esta previsão, o que permitiu aprovar 216 projetos e criar 272 postos de trabalho.

Não obstante a dimensão do envelope financeiro disponibilizado pelo PRODER Eixo 3, não foi possível satisfazer todos os pedidos de apoio e as intenções de investimento manifestadas.

Face desta situação, colocam-se fortes expectativas de que no momento da revisão intercalar, a efetuar 2 anos após o presente Aviso, seja possível reforçar os montantes de despesa pública estimados a afetar à DLBC do Vale do Lima, permitindo, conseqüentemente, apoiar um número alargado de Pedidos de Apoio e de projetos geradores de valor e de emprego.

E.6 COERÊNCIA ENTRE A EDL COM AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS NACIONAIS E REGIONAIS

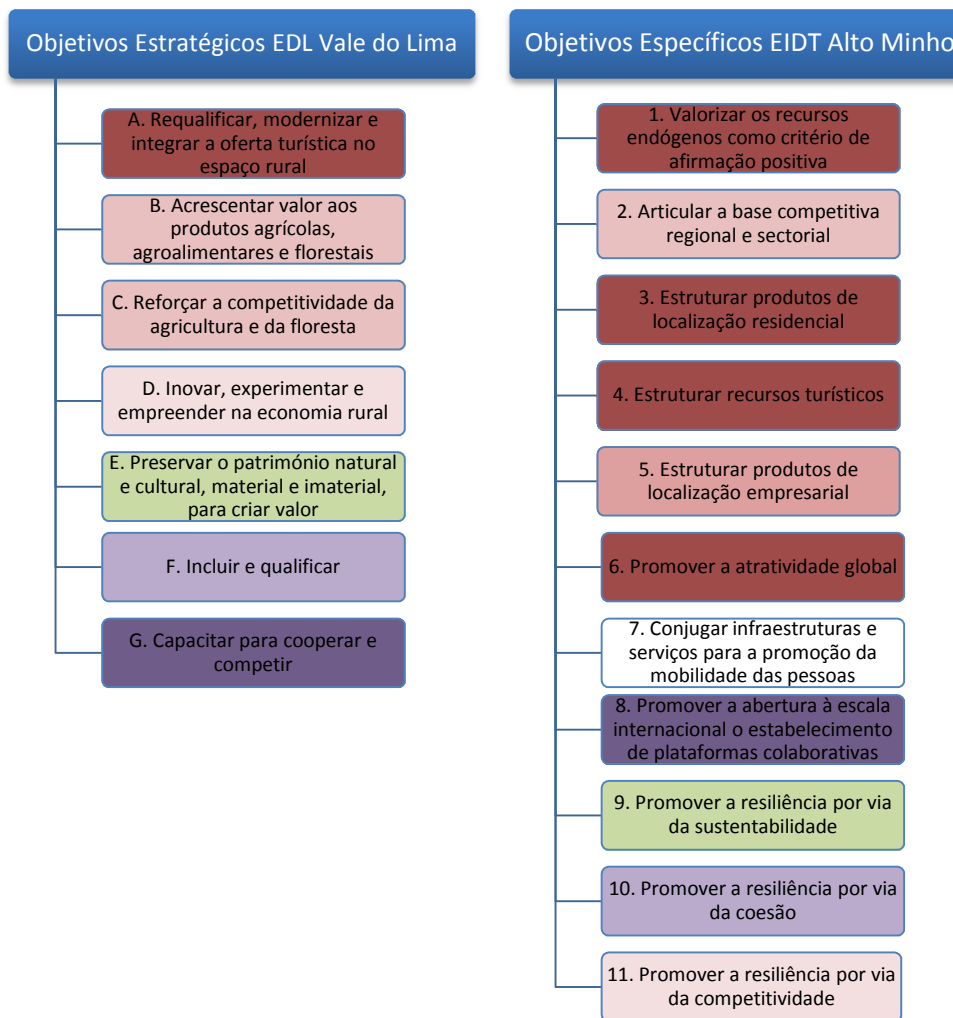
As figuras abaixo reproduzidas refletem, através da correspondência de cores, a articulação, a intensidade do contributo e a coerência existentes entre os objetivos estratégicos propostos para a EDL do GAL Rural Vale do Lima 2020 e, respetivamente, os objetivos estratégicos consagrados na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Minho (EIDT do Alto Minho) e os objetivos estratégicos e transversais do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014 - 2020.

A EDL VALE DO LIMA 2020 E A EIDT DO ALTO MINHO

A propósito da EIDT do Alto Minho, realce-se a observância por parte da EDL Vale do Lima 2020 das condições gerais de articulação em matéria de:

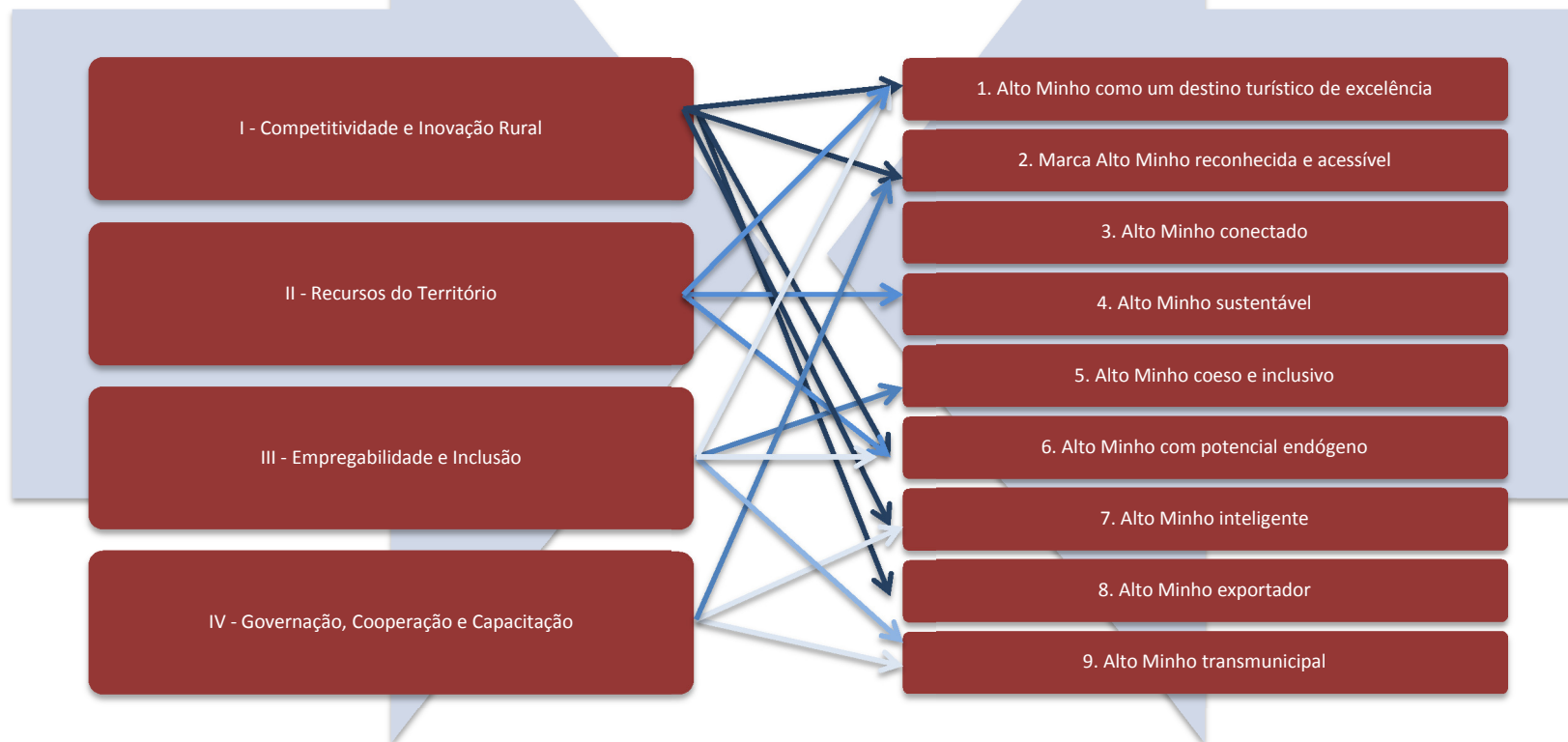
- Território alvo;
- Estratégia;
- Plano de Ação;
- Modelo de Governação.

A articulação ao nível estratégico é completada, no plano operacional, através do contributo da EDL Vale do Lima 2020 para os diferentes Programas de Ação que integram a EIDT do Alto Minho. No esquema seguinte identifica-se a intensidade de relacionamento entre os Eixos de Intervenção, proposta para a EDL Vale do Lima 2020 e os Programas de Ação da EIDT da NUT III Alto Minho.



Eixos de Intervenção EDL Vale do Lima

Programas de Ação - EIDT Alto Minho 2020



A EDL VALE DO LIMA 2020 E O PDR 2014-2020

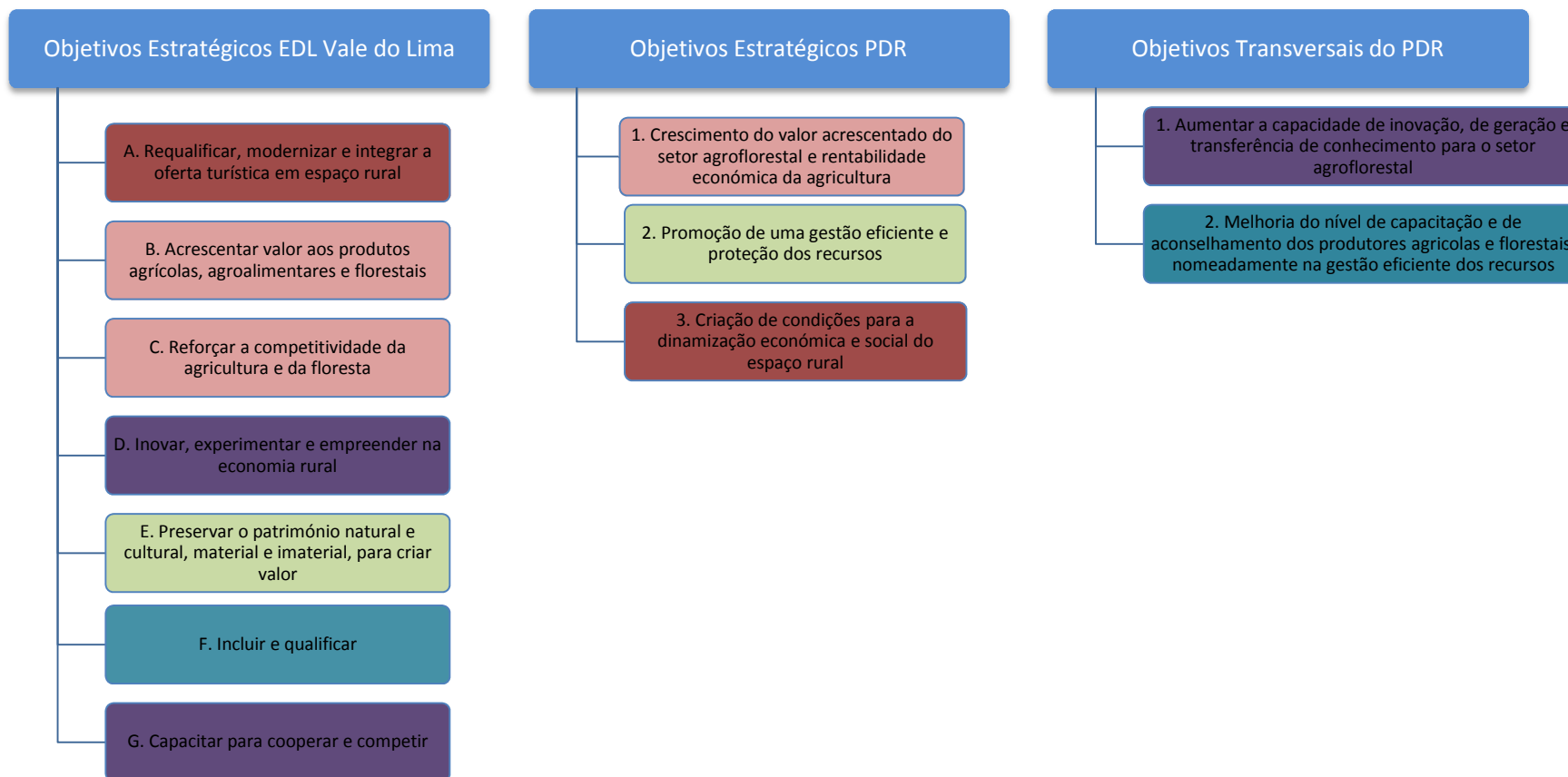
Para além da articulação entre a EDL Vale do Lima 2020 e o PDR 2014-2020 ao nível dos objetivos estratégicos e transversais abaixo identificados realça-se, ainda, a total consonância com as principais prioridades do Desenvolvimento Rural apoiado pelo FEADER, designadamente:

Prioridade 2: reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;

Prioridade 3: promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas. O bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;

Prioridade 6: promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais;

E ainda a **Prioridade Horizontal** – Ambiente, Clima e Inovação.



A ESTRATÉGIA DA NUT II REGIÃO DO NORTE

A articulação da EDL Vale do Lima 2020 encontra-se, ainda, ao nível NUT II perfeitamente respaldada no documento RIS3 Norte 2020, que na definição do domínio prioritário de especialização "Capital simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo", reconhece o Vale do Lima como um dos principais recursos turísticos da região.

Neste mesmo documento assume-se o facto da Região Norte dispor de 205 unidades TER, o que representa 48,2 da oferta TER do país.

Coerentemente com a macro estratégia da EDL Vale do Lima 2020, é destacada a estreita relação que se estabelece entre o TER e a fileira agroalimentar, nomeadamente no que respeita aos produtos locais e aos vinhos da região. A título de exemplo, refere ainda que nos Solares de Portugal poderão ser encontrados exemplos de uma relação próxima entre os vinhos, os produtos locais, o alojamento turístico e a animação possibilitando uma oferta turística assente em padrões de autenticidade.

F. ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES

F.1 DISPOSITIVOS DE PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS NA ELABORAÇÃO DA EDL

O envolvimento da parceria na preparação, execução e avaliação da EDL constitui um princípio transversal consagrado na construção da EDL Vale do Lima 2020 e no modo de atuação da ADRIL ao longo de todo o processo, não se reduzindo ao cumprimento de uma condição prévia.

Desde longa data que a ADRIL através de diversos canais e instrumentos adotou uma postura de diálogo permanente com a Parceria e com a Comunidade em geral.

Assim, foi concebido e executado um programa de envolvimento da Comunidade, que utiliza instrumentos diferenciados e ajustados de acordo com os diferentes momentos e fases do processo.

A presente macro estratégia é resultado deste processo participativo iniciado em 2013.

Fase prévia à preparação da macro estratégia

Esta fase coincidiu com o período final de execução do PRODER Eixo 3 e visou, fundamentalmente, a partir da experiência recente retirada da implementação da EDL 2007/2014, avaliar a eficácia e a eficiência da gestão bem como o seu impacto no território e na economia local.

Os instrumentos utilizados pela ADRIL para atingir este objetivo foram:

- Realização de 4 sessões públicas destinadas a promover o debate em torno dos resultados obtidos com a execução do PRODER, lançando a partir daí pistas para a construção da EDL 2014/2020. As sessões tiveram lugar nos quatro concelhos que integram o território de intervenção e contaram com uma participação

significativa da Parceria, mas também de diversas entidades e empresas cuja ação é relevante em matéria de desenvolvimento rural:

- Arcos de Valdevez – 27 de Fevereiro de 2013 – 70 participantes;
 - Ponte da Barca – 26 de Fevereiro – 30 participantes;
 - Ponte de Lima – 24 de Fevereiro de 2014 – 50 participantes;
 - Viana do Castelo – 25 de Fevereiro de 2014 – 50 participantes.
- Estudo de Avaliação do Eixo 3 do PRODER. A ADRIL entendeu ainda como oportuno proceder a um exercício de avaliação do Eixo 3 do PRODER através da contratação de uma assessoria técnica independente. No âmbito dos trabalhos desenvolvidos para a elaboração do estudo de avaliação, foram utilizadas diversas metodologias tendo em vista estimular a participação e a auscultação dos atores locais e dos promotores de projetos, entre as quais se destacam:
 - Inquérito *on line* – 45 respostas correspondentes a 20% do universo;
 - Entrevistas aos atores locais/regionais cuja ação é particularmente relevante para o desenvolvimento rural – (ESA/IPVC; DRAP Norte e IN.Cubo)
 - Entrevistas a 10 Promotores de projetos candidatados no âmbito de todas as Medidas e Ações do Eixo 3 PRODER.

Fase de preparação da macro estratégia

A partir do terceiro quadrimestre de 2014 e até ao momento da submissão da candidatura da macro estratégia Vale do Lima 2020, as iniciativas dirigidas a estimular um processo participativo de construção da EDL intensificaram-se no seio da parceria tendo sido dinamizadas pela ADRIL as seguintes iniciativas:

- Realização de 4 reuniões de trabalho destinadas à validação do diagnóstico preliminar, montagem da SWOT e construção da estratégia. A partir das reflexões estratégicas efetuadas na fase anterior, a ADRIL organizou e dinamizou uma reunião de trabalho em cada concelho do território de intervenção, nas quais participaram ativamente 55 *stakeholders*:
 - Arcos de Valdevez – 14 de Janeiro de 2015 – 15 participantes;
 - Ponte da Barca – 12 de Janeiro de 2015 – 12 participantes;

- Ponte de Lima – 20 de Janeiro de 2015 – 16 participantes;
- Viana do Castelo – 19 de Janeiro de 2015 – 12 participantes;

Os resultados obtidos nestas reuniões de trabalho foram decisivos para a conformação da macro estratégia do Vale do Lima 2020.

No plano mais formal, foram ainda realizadas duas reuniões plenárias da Parceria local para a análise, a discussão e a consensualização da macro estratégia corporizada na presente candidatura.

- Realização de reuniões plenárias do GAL:
 - 30 de Dezembro de 2014 – Ponto de situação do processo de preparação da EDL e da candidatura;
 - 10 de Fevereiro de 2014 – Discussão, análise e aprovação do dossier de candidatura e celebração do Protocolo de Parceria.

É ainda de assinalar no contexto de preparação da macro estratégia um conjunto de ações de articulação levadas a efeito com outras EDL's e outros níveis de planeamento, designadamente no plano da NUT III Alto Minho, do Minho que congrega as NUT III Ave, Cávado e Alto Minho e da NUT II Região do Norte.

Assim, destacam-se algumas das iniciativas de articulação temática e de inserção/cooperação geográfica realizadas nesta fase:

- Celebração de Protocolo de Cooperação entre as ADL's do Minho e as CIM do Minho (Ave Cávado e Alto Minho) no contexto da EEC Provere Minho IN (*vd. Anexo VI*);
- Celebração de Protocolo de Cooperação entre as ADL's da Região Norte (*vd. Anexo VII*);
- Celebração do Protocolo de Colaboração e Articulação de Procedimentos entre as Entidades proponentes das DLBC Rurais, Costeira e Urbana da NUT III Minho-Lima (*vd. Anexo VIII*);
- Reunião com o Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho para apresentação da Macro Estratégia Vale do Lima 2020 (*vd. Anexo IX*);
- Celebração de Protocolo de Cooperação com a ATA- Associação de Turismo de Aldeia (*vd. Anexo X*);
- Celebração de Protocolo de Cooperação com a TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação (*vd. Anexo XI*).

Preparação da EDL completa

Depois da pré-qualificação da Parceria e tendo em vista a submissão da EDL completa serão levadas a cabo as seguintes iniciativas de envolvimento dos parceiros que visam, fundamentalmente, aprofundar a abordagem *bottom-up* na construção do Plano de Ação, nomeadamente através da concretização dos Eixos de Intervenção através de Ações concretas a levar a cabo por parte dos vários intervenientes.

De entre os instrumentos de estímulo à participação a implementar durante esta fase destacam-se:

- Criação de 7 Grupos de Trabalho Temáticos, um para cada objetivo estratégico definido, constituídos por membros relevantes da parceria em função da área a tratar, que irão produzir em concertação um documento referencial de concretização dos objetivos específicos para o território de intervenção, identificando:
 - Tipologias de ações;
 - Responsabilidades na execução;
 - Cronograma;
 - Afetação de recursos
- Criação de uma plataforma de interação no site da ADRIL tendo em vista estimular a apresentação de contributos e de ideias pela Parceria mas, sobretudo, pela comunidade em geral. Para tanto, será disponibilizada informação relativa à proposta de macro estratégia e possibilitada a recolha de contributos;
- Realização de um Pro Action Café - este tipo de técnica participativa é particularmente apropriado para a validação de ações operativas concretizadoras da estratégia. Assim, partindo da definição dos quatro eixos de intervenção propostos será organizada uma sessão de trabalho adotando esta metodologia;
- Realização de uma sessão plenária da parceria, para análise, consensualização e validação da EDL completa.

F.2 ORGANIZAÇÃO DA PARCERIA PARA ASSEGURAR AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DA EDL

Pretende-se, neste contexto, reforçar o trabalho em rede da parceria, capacitando os seus membros através do desenvolvimento de novas ferramentas colaborativas, especialmente focadas no incremento de ideias inovadoras que tenham maior taxa de sucesso e consigam atingir melhor os objectivos a que se propõem.

Cada uma das entidades que integram a parceria será aqui chamadas a desempenhar um conjunto de tarefas e de funções, de acordo com os recursos, competências e conhecimentos que detém, partilhando-as em rede e colocando-as desta forma ao serviço do desenvolvimento local e das empresas.

As entidades parceiras serão capacitadas, seja através da ETL, seja através de recursos externos, para agirem como nós da rede de animação e de acompanhamento da EDL na organização de iniciativas de sensibilização e de apoio à divulgação das oportunidades, designadamente dos convites à apresentação de PA's.

No que respeita à promoção da inovação e de novas ideias de negócio, o papel da parceria local será determinante.

F.3 AÇÕES E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA O ACOMPANHAMENTO DA EDL, EM PARTICULAR A MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS E SUA ADERÊNCIA AOS OBJETIVOS E METAS DEFINIDOS

O acompanhamento e a monitorização permanente dos projetos aprovados e a garantia da prossecução dos objetivos e metas definidos na EDL serão levado a cabo pelo OG e pela ETL através de:

- Reuniões de trabalho e contactos com os Promotores;
- Realização de visitas técnicas;
- Análise dos documentos de despesa;
- Apreciação dos relatórios de execução.

Os mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projetos permitirão sinalizar desvios eventuais e introduzir alterações que poderão levar à sua reprogramação.

Por outro lado, a intervenção do OG nesta área será complementada pelas auditorias realizadas pela autoridade de pagamento e de gestão a nível nacional.

F.4 MODALIDADE E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA A AVALIAÇÃO INTERNA DA EDL

Durante a execução da EDL estão previstos os seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização, avaliação e animação da EDL:

Elaboração de relatórios de avaliação anual a aprovar pela Assembleia Geral de Parceiros

No final de cada ano será realizado um relatório de avaliação anual. Estes relatórios devem apresentar informação sobre os projetos aprovados, os pedidos de pagamento efetuados, os resultados previstos e atingidos de forma clara e

concisa, para que se possa facilmente avaliar a consistência dos resultados e metas definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações na intervenção da parceria ou a EDL aprovada.

Avaliações externas

Serão realizadas avaliações, uma intermédia e uma final, para atestar a consistência dos resultados e metas definidos e verificar a necessidade de introduzir alterações a intervenção da parceria ou a EDL aprovada.

Estas avaliações externas serão realizadas com recurso a avaliadores independentes e credenciados para o efeito e terão lugar em dois momentos:

- 2018 – avaliação intermédia - esta avaliação *ongoing* será realizada através da emissão de um parecer por um avaliador externo, o qual recairá sobre os relatórios anuais de execução de 2015, 2016 e 2017;
- 2021 – avaliação final - consiste na elaboração de um estudo avaliação, *expost*, externo compreendendo a recolha direta de informação junto de promotores e da parceria local bem como o tratamento de informação proveniente de outras fontes externas à parceria.

Seminários para apresentação pública das avaliações externas

Após a realização das avaliações externas serão realizados seminários de apresentação dos resultados tendo em vista proporcionar momentos de reflexão em torno dos resultados e das medidas a tomar para prossecução do objetivo da EDL.

Conselho Consultivo/Comissão de Acompanhamento

No contexto da implementação da EDL, o Conselho Consultivo assume funções de Comissão de Acompanhamento, reunindo, no mínimo com periodicidade anual, para apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Execução Anual, e sempre que o OG convoque para se pronunciar pareceres sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e a avaliação da EDL.

Durante a fase de operacionalização da estratégia, a ação do Conselho Consultivo/Comissão de Acompanhamento, não obstante manter a natureza consultiva, e, por isso, não revestindo as posições por si tomadas um carácter vinculativo,

apresenta grande relevância na medida em que deverá assegurar o acompanhamento e a monitorização da EDL ao longo de todo o período de execução.

Com Avaliação *ongoing* e *expost*, Intermédia e Final o CC pronunciar-se-á sobre os relatórios produzidos.

F.5 AÇÕES DE ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Consciente da importância da animação e sobretudo da promoção interna e externa do Vale do Lima Rural, a ADRIIL desenvolveu, diretamente ou através de outras entidades que integram a parceria, inúmeras ações de promoção dos ativos territoriais.

Durante a execução da EDL será dada continuidade a estas iniciativas promocionais que apresentam um retorno significativo em termos de ganhos de notoriedade e projeção do espaço territorial e dos seus produtos/serviços.

Porque a EDL tem uma focagem significativa no Turismo no Espaço Rural a promoção e animação do território é assumida pela parceria como uma prioridade estratégica.

F.6 AÇÕES A REALIZAR E MEIOS A UTILIZAR PARA PUBLICITAR A EDL DENTRO DO TERRITÓRIO E PARA DIFUNDIREM OS SEUS RESULTADOS

A publicitação e a divulgação da EDL no território de intervenção na dupla perspetiva, por um lado, das oportunidades e dos apoios que disponibiliza e, por outro, dos impactos e dos resultados da sua execução, constitui um objetivo do GAL Vale do Lima 2020.

Para o atingir serão utilizados diversos meios e levado a efeito um conjunto de iniciativas de comunicação, entre as quais se destacam:

Realização de seminário para apresentação da EDL

Após a aprovação da versão final da EDL, será realizado um seminário para a sua apresentação. Este seminário será publicitado nos meios de comunicação regionais pelos Parceiros do DLBC, para que a participação será o mais ampla possível.

Presença permanente na agenda mediática e informativa local

Através de um relacionamento permanente e de um fluxo contínuo de informação, pretende-se manter uma presença assídua nos órgãos de comunicação social locais e nacionais, como forma de divulgação da EDL, dos seus objetivos, ações e resultados obtidos.

Publicação dos avisos para apresentação das candidaturas

Os avisos para apresentação de candidaturas serão publicados no site da ADRIIL e publicitados nos meios de comunicação locais, sendo divulgados através dos membros da parceria local, designadamente nas respetivas páginas *internet*.

Realização de sessões públicas de apresentação dos avisos para apresentação de candidaturas

Com a abertura de Avisos para apresentação de candidaturas serão efetuadas sessões informativas e de esclarecimento. Realizar-se-á pelo menos, uma sessão em cada período de abertura de candidaturas. Estas sessões serão também objeto de publicitação nos meios de comunicação locais, assim como junto dos parceiros do GAL Rural Vale do Lima 2020. Nestas sessões públicas procurar-se-á dar relevo a experiências e projetos de sucesso que possam ser considerados como boas práticas com potencial de demonstração.

Em todas as ações de publicitação da EDL será divulgado e valorizado o papel da União Europeia e dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento ao serviço do desenvolvimento rural, na observância estrita das regras e obrigações que nesta matéria impendem sobre o GAL.